

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



REFUGIADOS: A NOVA GERAÇÃO

Luana Teresa Delgado Lopes

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Área de Especialização em Desenvolvimento Social e Cultural

Relatório de Estágio

Orientado pela Prof^ª. Doutora Carmen Cavaco e Prof^ª. Doutora Ana Paula
Caetano

2022

“Believe you can
and you’re halfway there”

-Theodore Roosevelt

Resumo

O presente relatório resulta do estágio curricular, que decorreu de setembro de 2021 a maio de 2022, no âmbito do Mestrado em Educação e Formação, na especialidade em Desenvolvimento Social e Cultural, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. O estágio foi realizado no Centro de Acolhimento de Refugiados II (CAR II), nos seguintes departamentos: Social, de Emprego e de Integração. Incidiu em atividades relacionadas com os três programas que estão a decorrer no Conselho Português para os Refugiados (CPR): Reinstalação, Barcos Humanitários (Recolocação), Operação Humanitária do Afeganistão e Operação Humanitária da Ucrânia.

No presente relatório, é abordado teoricamente temas estruturantes do estágio, tais como: os refugiados, a inclusão, a mediação cultural, a educação informal e a animação sociocultural. Sendo estes os temas onde incidirá, numa primeira fase, a estruturação deste relatório, contando com uma descrição, análise e definição dos mesmos. Posteriormente, irei caracterizar, descrever e analisar as dinâmicas que sucederam ao longo do estágio e que desempenhei durante os nove meses, apropriando essas dinâmicas com a teoria apresentada no primeiro capítulo. Este segundo capítulo tem o intuito de dar a conhecer as minhas funções enquanto estagiária, justificando as práticas e decisões que foram sendo realizadas.

Posso considerar que no estágio que realizei consegui ter um melhor entendimento acerca da organização onde o exerci, adquirindo alguma experiência profissional dentro do ramo. A experiência nesta Organização Não Governamental (ONG), o Conselho Português para os Refugiados, revelou-se ser muito enriquecedora, por ter definido aquela que será a minha área de atuação futura, fornecendo-me bases ao nível das políticas sociais, em estreita ligação com a intervenção educacional.

Palavras-Chave: Inclusão, Refugiados, Mediação, Animação Socio- cultural

Abstract

The current report is the result of the curricular internship that took place during the months of september 2021 to may 2022, within the scope of the Cultural and Social Development Master's programme from Education and Formation Course, in the Education Institute from Lisbon University. The internship was carried out in Centro de Acolhimento de Refugiados II (CAR II) in the following departments: Social, Employment and also in Integration. It focused on the activities related with the three programs that are currently being proceed in Conselho Português para os Refugiados (CPR): Reinstallation, Humanitarian Ships (Relocation), Humanitarian Operation in Afghanistan, Humanitarian Operation in Ukraine.

In the current report, is addressed, theoretically, structuring topics of the internship, such as: refugees, inclusion, cultural mediation, informal education an socialcultural animation. These are the topics that will focus, in a first stage, the structuring of this report, counting with a description, analysis and definition of it. Posteriorly, I will characterize, describe and analyze those dynamics with the theory presented in the first chapter. The second chapter has the objective of letting know my role as an intern, justifying the practices and decisions that were made.

I can consider that in the internship that I took part in, I achieved a better understanding about the organization where I held it, acquiring some professional experience within the field. The experience in the Non Governmental Organization (NGO), the Conselho Português para os Refugiados, revealed itself really enriching, for defining what will be my area of future action, providing me with basics in a social political level, connecting narrowly with educacional intervention

Keywords: Inclusion, Refugees, Mediation, Sociocultural Animation

Agradecimentos

Queria começar por agradecer aos meus pais por serem o meu pilar ao longo dos anos e por terem acreditado em mim. A pessoa que sou hoje devo-lhes a eles, se estou a tirar este mestrado foi porque eles lutaram para que isso acontecesse.

Aos meus irmãos David e William, pelo companheirismo e motivação para escrever o presente relatório, por serem os melhores irmãos e amigos que uma irmã poderia ter.

Aos meus avós, por estarem sempre presentes nos marcos importantes, pelas conversas motivacionais, por serem um exemplo a seguir.

A minha prima Yolanda, por ser um exemplo a seguir e mostrar-me que com trabalho e dedicação os nossos objetivos são cumpridos.

As minhas duas primas Carina e Mariana, por todas as palavras amigas e pelo apoio neste momento que foi muito desafiante.

Às minhas duas melhores amigas Nádia Brito e Érica Carlos, por nunca me largarem a mão, pelas gargalhadas e por nunca desistirem da nossa amizade.

Ao meu grupo de amigos Andreia Rosa, Inês Rodrigues e Diogo Rey, por todo o apoio e companheirismo na realização do presente relatório, esta jornada não seria a mesma coisa sem vocês do meu lado.

A toda a equipa do Centro de Acolhimento de Refugiados, por me terem recebido tão bem e me tratarem como um membro da equipa e fazerem parte do meu desenvolvimento pessoal e profissional.

À Sandra, por ser o meu apoio durante os nove meses de estágio, por ter sempre uma palavra amiga quando era preciso, pelo carinho pelas risadas.

Por último, não podia deixar de agradecer às minhas duas orientadoras Doutora Carmen Cavaco e Ana Paula Caetano, pelos conselhos, pela ajuda e paciência, aprender com vocês não é uma obrigação, mas sim um privilégio.

Índice

Introdução	7
Capítulo I - Enquadramento teórico	10
1. Migrantes e Refugiados	11
1.1.1. O processo de migração	12
1.1.2. Medidas de Apoio aos Migrantes	13
1.2. O Refugiado	14
1.2.1. Direitos e Deveres do Refugiado	Error! Bookmark not defined.
1.2.2. Apoio ao Refugiado: Instituições e Iniciativas	15
2. Inclusão e Inclusão social	19
3. A Sociedade e a Importância da Cidadania	23
4. Educação (Não) formal e animação sociocultural	26
4.2. Animador Sociocultural	26
4.3. A Animação Sociocultural e a Criança	27
4.4. Da Animação Sociocultural à Educação Não-Formal	28
4.4.1 Educação Comunitária/Popular	31
4.5. Educação Experiencial: Importância da aprendizagem e Experiência	32
5. Mediação	34
5.1. Conceito de mediação	34
5.2. Modelos de mediação	35
5.3. Mediação Sócio-cultural	36
5.3.1. Mediador Sócio-Cultural	37
5.4. Mediação Comunitária	39
5.5. Mediação Intercultural	41
Capítulo II - Dinâmica de estágio	43
1. Caracterização da instituição	44
2. Apresentação e Reflexão das atividades realizadas	48
2.1. Programas do CAR II	48
2.2. Atividades com as crianças	55
2.3. Atividades Esporádicas	59
Considerações finais	63
Referências bibliográficas	67

Índice de Anexos

Anexo 1: Sessão de Parentalidade

Anexo 2: Plano para o Campo de Férias-Natal

Anexo 3: Tabela de Atividades de Natal

Anexo 4: Atividades com Crianças-Fevereiro

Anexo 5: Sintomas do COVID

Anexo 6: Regras do Centro

Anexo 7: Notas de campo

Lista de Abreviaturas

ACNUR: Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

CAR I: Centro de Acolhimento de Refugiados I

CAR II: Centro de Acolhimento de Refugiados II

CDSSL: Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa

CEE: Comunidade Económica Europeia

CPR: Conselho Português para os Refugiados

ISS: Instituto da Segurança Social

MIA: Ministério da Administração Interna

OIM: Organização Internacional para as Migrações

ONG: Organização Não Governamental

PIB: Produto Interno Bruto

SEF: Serviço Estrangeiro e Fronteiras

SECA: Sistema Europeu Comum de Asilo

UNIVA: Unidade de Inserção na Vida Ativa

Introdução

O presente relatório é escrito no âmbito do Mestrado em Educação e Formação, com especialização em Desenvolvimento Social e Cultural, resultando no estágio curricular realizado ao longo de 9 meses, na instituição Conselho Português para os Refugiados (CAR II). Durante o estágio, acompanhei os três programas que estão a decorrer no centro de acolhimento: Reinstalação, Barcos Humanitários (Recolocação), Operação humanitária do Afeganistão e Operação Humanitária da Ucrânia . Para além disto, estive integrada na equipa de trabalho e colaborei no dia a dia da instituição.

A realização do Mestrado resultou na necessidade de adquirir mais conhecimentos não só teóricos, resultante da exploração e análise de documentos, mas também práticos, derivados do estágio que realizei na instituição escolhida. A experiência é a “construção de conhecimentos e competências.” (Gasque, 2008, p.150). A experiência gera conhecimento, não só o estágio, como o relatório e as aulas do mestrado, permitiram as vivências e experiências que necessito para o meu futuro profissional.

O Conselho Português para os Refugiados é uma organização não governamental com carácter social que tem como missão “defender e promover o direito de asilo em Portugal” (Conselho Português para os Refugiados [CPR], s.d.). A metodologia usada para garantir a realização da missão passa por colocar o indivíduo no centro do processo, tornando-se o CPR um instrumento de ajuda na concretização dos objetivos individuais dos seus integrantes. A escolha para esta instituição prendeu-se à minha preferência em trabalhar com pessoas necessitadas, sendo estas as que necessitam de maior apoio e onde eu vejo que consigo ter mais impacto dentro da sociedade. Aglomerando a minha vontade de ajudar com a minha profissão foi-me permitido o trabalho com refugiados. Refugiados são pessoas que tiveram de sair do país devido à perseguição que são alvos por questões de raça, religião e nacionalidade. Estas situações acontecem quando existem conflitos internos ou externos ou outro acontecimento que origine miséria, fome, doenças ou um alto número da taxa de mortalidade levando que o indivíduo tenha de fugir e procurar abrigo noutros países.

Dewey (1960, cit. por Cavaco, 2009) defende que a experiência acontece nas situações onde existe interação entre indivíduo e o meio em que está inserido. A experiência "refere-se a fatos, acontecimentos, atividades e reencontros vividos por alguém quando a pessoa é capaz de os enunciar enquanto tais por relação aos efeitos” (Cavaco, 2009, p.222). Decidi realizar este estágio porque queria ter a experiência de trabalhar na área em que me estou a especializar, visto que experiência “resulta de um processo complexo de análise, problematização e

questionamento das experiências previamente adquiridas” (Cavaco, 2009, p.225) e dessa forma saber como funciona o mundo do trabalho. Embora a licenciatura me tenha proporcionado a oportunidade de trabalhar com algumas instituições e organizações, não tive oportunidade de integrar uma equipa e experienciar o trabalho, direto numa organização a tempo inteiro.

No decorrer do estágio foram várias as funções que desempenhei, trabalhando com técnicos dos diferentes departamentos, permitindo-me ter uma visão completa dos processos de atuação dentro das questões burocráticas que são imprescindíveis para o tratamento de dados de todos os integrantes, para que os mesmos se possam tornar cidadãos ativos em Portugal. A instituição trabalha para que os refugiados estejam também incluídos na sociedade. A Inclusão e cidadania trabalham em conjunto para que possamos ter uma sociedade mais igualitária, para que os indivíduos não tenham de lutar pelos seus direitos e não se sintam isolados da sociedade, devido à sua cultura, etnia ou religião.

O relatório encontra-se estruturado em dois capítulos centrais, o primeiro contém o enquadramento teórico onde irei desenvolver diversos conceitos, que serviram como base do meu trabalho de estágio, e o segundo aborda a análise das dinâmicas ocorridas no mesmo. No primeiro capítulo são abordados temas como a mediação, inclusão social, cidadania, refugiados, imigrantes, educação informal e animação sociocultural. Analisados através de um espetro teórico tendo por base autores como, Rui Cenário, Ana Silva, Boneti. O segundo capítulo aborda a dinâmica de estágio, onde irei caracterizar a instituição, e descrever as atividades realizadas, fazendo a ponte com os conceitos referidos anteriormente. Para finalizar farei as considerações finais onde se realizará um balanço sobre o estágio e qual foi o seu contributo para a minha experiência profissional, a bibliografia utilizada e, por último, os anexos.

Capítulo I - Enquadramento teórico

1. Migrantes e Refugiados

O conceito de migrante e o conceito de refugiado, muitas vezes são considerados sinônimos um do outro, mas existe uma diferença legal entre ambos. Enquanto o conceito de refugiado surge com o objetivo da proteção do indivíduo no direito internacional, são pessoas que tiveram de fugir do seu país por viverem num clima de perseguição, conflito, violência ou outro fator que afete seriamente a ordem pública e devido aos fatores referidos precisam de proteção internacional (ACNUR, 2016). A situação que estão a viver é muito perigosa e são obrigadas a fugir do seu país e procurar segurança em outros países sendo assim conhecidos como refugiados recebendo o apoio e assistência do país de acolhimento, da Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e outras instituições relevantes (ACNUR, 2016).

Não existe um conceito que seja consensual para migrante a migração é um processo voluntário, a procura de oportunidades económicas, nesta casa os migrantes são diferentes dos refugiados, pois um refugiado não pode regressar a casa em segurança ao contrário de um migrante.

1.1. O Migrante e a Migração

Os movimentos migratórios ao longo dos anos têm passado por várias etapas: transatlânticas, intra-europeus e finalmente transnacionais (Padilla & Ortiz, 2012). O conceito de migrações aparece no final do século XX, onde veio a ser um desafio no campo político, económico e social. As migrações transatlânticas estiveram presentes no século XX, onde houve vários imigrantes do continente europeu que se mudaram para o continente americano e a Oceânia. Após a Segunda Guerra Mundial foi necessário reconstruir a Europa com a ajuda do Plano Marshall conseguimos que os fluxos migratórios fossem apenas inter-europeu. Em 1970 a crise de petróleo fez com que se abrisse uma nova etapa que foi caracterizada por políticas mais restritivas em relação à migração na Europa. Depois desta crise a Europa vivenciou três processos políticos complexos. A criação da União Europeia, a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética, foram acontecimentos que geraram transformações migratórias, promovendo "atração ou expulsão e revolucionando as sociedades europeias." (Padilla & Ortiz, 2015 p.160)

Segundo a Organização Internacional para as Migrações ([OIM], 2009) a migração é quando o indivíduo toma a decisão de sair do país livremente sem haver nenhum fator que

influencie a tal. Esta saída do país de origem acontece quando o indivíduo e os restantes membros da família tem como objetivo “melhorar as suas condições materiais, sociais e possibilidades e as das suas famílias” (OIM, 2009, p.43) A migração acontece quando um indivíduo se muda no espaço geográfico temporariamente ou permanentemente. Esta mudança pode acontecer por diversos motivos, sejam eles culturais, econômicos, políticos, religiosos ou naturais. Segundo a OMI a migração entende-se por “um processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado” (p.40). As migrações são entradas e chegadas de indivíduos que percorrem uma grande ou pequena distância ou mudam de residência. Os fluxos migratórios, trazem aspetos positivos ao país de destino, como uma nova geração com mais competências para o mundo do trabalho, em certos países o índice de envelhecimento é muito alto e com os movimentos migratórios existe rejuvenescimento da população o que leva a um grande desenvolvimento econômico. Este desenvolvimento econômico acontece devido à procura de emprego e muitas vezes esta procura é a solução não só para o desenvolvimento econômico, mas também um desenvolvimento no mercado de trabalho.

1.1.1. O processo de migração

Existem pessoas com diferentes origens, culturas e religiões, e isto acaba por dar “origem a novos desenvolvimentos culturais que são expressos em nova literatura, música, dança ou em nova gastronomia, de forma simultânea, global e localmente.” (Góis, 2019, p.26). Apesar da saída do país, as pessoas levam consigo a sua cultura, hábitos, costumes, religião, crenças, visto que estes construtos não se prendem ao país, mas sim à sua população. Estas têm de se adaptar a um novo ambiente social e cultural, resultando várias vezes a uma redefinição dos valores da pessoa. As barreiras linguísticas, os preconceitos sociais e étnicos são fatores que dificultam o processo de aculturação (Perdomo, 2006, p.112). Deve ser promovido um processo de integração, visto que este pode facilitar a coesão social, “especialmente naquelas situações em que se espera que os novos imigrantes se venham a tornar residentes permanentes ou de longo prazo no país para onde se mudaram.” (Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais, 2005, p.43).

A integração na sociedade é um processo a longo prazo e multidimensional sendo necessário um empenho das duas partes, dos migrantes e das pessoas que já nasceram no país. Permitindo assim que exista respeito e um bom ambiente, com intuito de possibilitar o convívio de forma positiva e pacífica. Integrar uma sociedade é acomodar e reconhecer as diferenças, mas também é preciso que a pessoa sinta que faz parte da sociedade. (Comissão Mundial Sobre

as Migrações Internacionais, 2005). Em vários países a integração dos migrantes tem sido bem sucedida, “permitindo aos migrantes deram importantes contributos para o desenvolvimento económico, social e cultural das sociedades onde se estabeleceram.” (Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais, 2005, p.43), acontecendo o contrário em outros países onde o processo de integração é mais negativo devido à:

discriminação nos mercados de trabalho e da habitação, a incapacidade dos migrantes terem iguais condições de acesso à educação e aos cuidados de saúde, a xenofobia e o racismo, bem como baixos níveis educacionais, competências linguísticas limitadas e a situação irregular de um número significativo entre eles. (Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais, 2005, p.43)

Estando perante o desafio de integrar os indivíduos na sociedade. Este desafio passa pela necessidade de garantir que o indivíduo não seja alvo de discriminação, possuindo as mesmas oportunidades que um indivíduo que nasceu no próprio país, e assim diminuir a exclusão social.

1.1.2. Medidas de Apoio aos Migrantes

O primeiro decreto em relação à imigração surge a 3 de setembro de 1974, este veio determinar quem podia entrar e ser expulso do país. Realizado sobretudo devido à grande afluência de portugueses que voltavam das ex-colónias após o 25 de abril, os retornados. Com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE) e no Espaço Schengen (zona de livre circulação de pessoas com ausência de controlo de fronteiras) levou a uma reformulação na legislação em relação à entrada, permanência e expulsão de estrangeiros, como forma de garantir harmonia entre a legislação e os países que também faziam parte destas convenções. Para um indivíduo entrar em Portugal era necessário ter o passaporte ou documento válido da viagem. O documento tinha de ir de encontro com o motivo de entrada no país, tinha também de possuir meios para se sustentar e não o podia constar na lista de informação de Schengen como indivíduo não admissível. Se o indivíduo não tivesse o visto válido pelo Serviço Estrangeiro e Fronteiras (SEF) podia passar um destes três vistos, o de trânsito, curta duração ou especial. Em relação a reunificação familiar na altura passou a ser um direito fundamental dos cidadãos estrangeiros e eram obrigados a fazer prova que tinham uma casa para a família assim como meios para sustentar o seu agregado familiar. Em 2001, o Governo teve mais uma vez de rever a sua legislação. Portugal estava com falta de

trabalhadores em certos setores, e com a crescente necessidade, possibilitou a entrada de estrangeiros, vindos principalmente da Europa do Leste e do Brasil. Esta nova lei dava autorização para que os indivíduos que estava de forma ilegal permanecessem um ano desde que tivessem passaporte válidos, um contrato de trabalho e um certificado do registo criminal. Assim, de janeiro a novembro de 2001, 184 mil indivíduos regularizaram a sua autorização de permanência.

1.2. O Refugiado

O conceito de refugiado aparece em 1921 quando o comitê da Cruz Vermelha pede à Sociedade das Nações Unidas para auxiliar um 1 milhão de russos que fugiram da guerra e da fome. É criado o Alto Comissariado com o objetivo de ajudar os refugiados vindos da Rússia e da Romênia. O que caracteriza um refugiado, é o facto dos mesmos se encontrarem “fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados à sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política” (Agência da ONU para Refugiados, 2018, p.2).

Uma pessoa torna-se refugiada quando tem de sair do país, devido à perseguição que é alvo, por questões de raça, religião e nacionalidade. Estas situações acontecem quando existem conflitos internos ou externos ou outro acontecimento que origine miséria, fome, doenças ou um alto número da taxa de mortalidade, levando a que o indivíduo tenha de fugir e procurar abrigo noutros países. Estas situações acontecem quando existem conflitos internos ou externos e, até mesmo, outro acontecimento que origine miséria, fome, doenças ou um alto número da taxa de mortalidade, levando a que o indivíduo tenha de fugir e procurar abrigo noutros países. É de realçar que a própria Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) refere como principal missão garantir que os refugiados tenham “ao menos os mesmos direitos e a mesma assistência básica recebida por qualquer outro estrangeiro que resida regularmente no país de acolhida” (ACNUR, 2018, p.7).

1.2.1. Direitos e Deveres do Refugiado

É estabelecido que o refugiado deve ter os “mesmos direitos e a mesma assistência básica recebida por qualquer outro estrangeiro que resida regularmente no país de acolhida” (ACNUR, 2018, p.7), ou seja, não deve ser marginalizado pela sua origem, cultura, valores e crenças, sendo um ser humano, não deve ser tratado de forma diferenciada de outros. A este também devem ser assegurados “direitos civis básicos (como liberdade de pensamento e

deslocamento, propriedade e não sujeição à tortura e a tratamentos degradantes)” (ACNUR, 2018, p.7), estes direitos definem o refugiado como um ser humano pensante e consciente, que não deve ser abusado verbal ou fisicamente. Tendo em conta que estes participam também na economia do país onde se refugiam, é natural que sejam assegurados “direitos econômicos e sociais (como assistência médica, direito ao trabalho e educação)” (ACNUR, 2018, p.7), sendo-lhe fornecidos os apoios necessários para que possam tranquilamente trabalhar e socializar, tal como acontece com todos os cidadãos. Abordando, também, o direito a acessos, a Convenção das Nações Unidas de 1951 ainda garante “direitos, como o acesso aos tribunais, a educação, segurança social, habitação e liberdade de circulação.” (Organização das Nações Unidas [ONU], 1951, p.10). Por fim, esta mesma convenção “proíbe a expulsão e o regresso forçado das pessoas que beneficiam do estatuto de refugiado” (ONU, 1951, p.9), correspondendo não só a um direito dos refugiados, não podendo ser extraditados para o país de origem, mas também é um dever dos países de acolhimento, que impossibilita aos mesmos qualquer tipo de tentativa para que os refugiados regressem ao país de onde são provenientes.

Em relação aos deveres é previsto que o refugiado cumpra “as leis e o respeito aos costumes do país onde se encontram” (ACNUR, 2018, p.7). Tal como, na definição dos seus direitos, o refugiado é tratado como um membro da sociedade, regendo-se pelos direitos da mesma, o refugiado deve-se também reger pelos deveres da sociedade, devendo respeitar o país, costumes, valores e tradições do mesmo. Isto também previsto pela Conferência das Nações Unidas de 1951, que declara que “todo refugiado tem deveres para com o país em que se encontra, os quais compreendem notadamente a obrigação de se conformar às leis e regulamentos” (Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, 1951).

1.2.2. Apoio ao Refugiado: Instituições e Iniciativas

Para auxiliar este processo de acolher refugiados foi criado o Alto Comissariado para os Refugiados a 1 de janeiro de 1951, sendo a principal responsabilidade da presente instituição proporcionar a proteção internacional aos refugiados e arranjar soluções para os problemas que apresentam, assim como ajudar o governo facilitando o “repatriamento voluntário dos refugiados ou a sua integração em novas comunidades nacionais”. (Nações Unidas, 1951, p.8)

Existem três opções, segundo as Nações Unidas, que são consideradas duradouras e que podem resolver os problemas apresentados pelos refugiados. A primeira, através da Integração

Social, este processo acontece quando não existe possibilidade de o indivíduo voltar ao seu país de origem, sendo assim integrado na sociedade, podendo pedir a cidadania no país de acolhimento, passando algum tempo da sua vivência. Em seguida, apresenta-se a Reinstalação como outra opção, neste caso é garantida a transferência do indivíduo do país de origem para um país de acolhimento. Neste caso o indivíduo tem acesso aos direitos civis, políticos, económicos sociais e culturais. Por último a Repatriação, sendo esta voluntária, que parte de uma escolha que o indivíduo pode tomar, este repatriamento pode ser feito de forma espontânea ou organizada pelo ACNUR ou pelo OIM. Mas este regresso pode ser difícil e doloroso devido às condições de vida, as ameaças que continuam a existir e todo o processo de instalação no pós-conflito.

Existem várias instituições, organizações e legislação que cuidam das questões de asilo assim como os direitos dos refugiados. Instituições estas que, brevemente, apresentarei de acordo com a legislação Portuguesa e da União Europeia. Inicialmente foi criado um sistema com o nome de Sistema Europeu Comum de Asilo com o objetivo de possibilitar uma institucionalização e uniformidade no processo de recolocação da União Europeia. O Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA) ao longo dos anos, tem vindo a ter diversos entraves, derivados das grandes diferenças de políticas nacionais no que diz respeito aos termos de asilo, mas também devido ao controlo das fronteiras, sendo esta responsabilidade do país e que acaba por dificultar o processo de acolher pessoas no país.

Em 2015 foi o ano em que recebemos o maior número de refugiados, por essa razão é que o SECA cria um programa de recolocação, conseguindo ajudar cerca de 120.000 requerentes em proteção internacional. Realizando-se uma distribuição dos refugiados, de acordo com os números do Produto Interno Bruto (PIB), da taxa de desemprego e da dimensão da população do país.

O processo de recolocação em Portugal, necessitou de dois fatores imprescindíveis: a disseminação dos refugiados pelo país, de forma a evitar aglomerados populacionais de refugiados, assim como a existência de diversas instituições que acolheram os refugiados. Foi criada uma plataforma intitulada de Plataforma de Apoio aos Refugiados, criada pela sociedade civil que junta várias organizações sendo uma delas é o Conselho Português para os Refugiados.

As instituições que se mostraram disponíveis para acolher refugiados tinham de providenciar algumas condições para que pudessem garantir da melhor forma a recolocação das diversas comunidades, sendo essas condições as seguintes, a aprendizagem da língua portuguesa, habitação, alimentação, cuidados de saúde, o acesso ao mercado de trabalho e à qualificação profissional e ainda a educação e reconhecimento de habilitações. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) foi criado em dezembro de 1950. Contudo, começou a trabalhar em janeiro de 1951 com um mandato de três anos tendo como objetivo ajudar refugiados europeus que não tinham onde morar, após a Segunda Guerra Mundial. Em 1995 a Assembleia Geral da ONU nomeou a ACNUR responsável pela proteção e assistência dos apátridas pelo mundo, adquirindo o objetivo de assegurar a qualquer indivíduo, caso precise, o direito de pedir refúgio em outro país, ou até mesmo de regresso ao país de origem, de forma segura. O papel principal da organização é garantir que os países estejam cientes das suas obrigações, assim como verificar se os pedidos de refúgio seguem a legislação vigente. Ao longo dos anos notou-se no aumento de pessoas deslocadas e nos sistemas de proteção internacional, fazendo com que alguns países fizessem pressão aos sistemas de fronteiras, negando assim a entrada de indivíduos que se encontram numa situação irregular. Como forma de evitar estes acontecimentos foi implementado pela ACNUR um sistema de controlo e verificação destas situações como forma de assegurar os direitos dos indivíduos em situações precárias.

No caso português a instituição que está encarregue pela gestão dos fluxos dos requerentes, da sua proteção internacional e do processo do estatuto de refugiado ou proteção subsidiária é o Serviço Estrangeiro e Fronteiras (SEF). É um serviço de segurança do Ministério da Administração Interna (MAI), sendo parte das suas competências, controlar os estrangeiros nas fronteiras portuguesas, prevenir a criminalidade, imigração ilegal e o tráfico humano, mas também deve “gerir os documentos de viagem e de identificação de estrangeiros e proceder à instrução dos processos de pedido de asilo, na salvaguarda da segurança interna e dos direitos e liberdades individuais no contexto global da realidade migratória.” (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, s.d.) O SEF trabalha em várias frentes relacionadas aos refugiados e aos pedidos de asilo, cabendo-lhe o controle de fronteiras, necessitando conferir a identidade dos passageiros e os documentos da viagem.

Os requerentes de proteção internacional em Portugal têm direito de receber apoio do país de acolhimento assim que chegam ao país e durante todo o processo do pedido de asilo.

O apoio financeiro e material dado aos refugiados é da responsabilidade das instituições nacionais. Aos requerentes é assegurado alojamento e alimentação, “prestação pecuniária de apoio social, com carácter mensal, para despesas de alimentação, vestuário, higiene e transportes; subsídio complementar para alojamento, com carácter mensal; ou subsídio complementar para despesas pessoais e transportes.” (Oliveira, 2020, p.129).

Em Portugal, o Ministério da Administração Interna está responsável por garantir a satisfação dos requerentes em relação ao acolhimento até a decisão do pedido de asilo. A admissão do pedido de asilo está dividida em duas partes, primeiramente é dado um visto temporário de 6 meses, durante o processo os requerentes estão aos cuidados do Conselho Português, cabendo à instituição encaminhar os requerentes ao SEF até que a decisão seja tomada. Depois de ser aceite o pedido de asilo, o CPR elabora relatórios sociais sobre os requerentes, remete-os para o Grupo Operativo do Protocolo de Cooperação para o Apoio a Requerentes e Beneficiário de Proteção Internacional, que é liderada pelo Instituto da Segurança Social (ISS). A ISS cria um plano de inserção em conjunto com o CPR para que cada requerente tenha acesso aos serviços de saúde, educação, formação profissional, autarquias etc. Estes cuidados apenas são dados aos requerentes com residência temporária. O programa que irei falar agora é um programa implementado pelo CPR que é implementado nos 4 programas que acontecem no CAR II, Programa de reinstalação, Barcos Humanitários, Operação Humanitária do Afeganistão e Operação Humanitária na Ucrânia. Estes dois programas foram criados recentemente devido à crise humanitária recente que ocorreu no Afeganistão e na Ucrânia.

O programa de reinstalação resume-se na transferência de refugiados do seu próprio país de asilo para outro, neste novo país, para onde o indivíduo está a ser transferido, concorda em acolher e conceder o estatuto de refugiado com residência permanente e com a possibilidade de pedir nacionalidade. A reinstalação é uma ferramenta de proteção internacional que deve ir de encontro às necessidades dos refugiados. Durante este programa de reinstalação, a nível nacional, é importante que haja um planeamento das atividades que devem ser desenvolvidas anualmente para os refugiados que estão integrados no mesmo. Para que este planeamento faça sentido é necessário que o perfil do indivíduo seja partilhado antes da sua chegada, para que se possa criar um plano tendo em conta as suas necessidades.

O programa de reinstalação é um programa muito recente em Portugal, e na altura adotou-se o mesmo modelo de intervenção para os todos indivíduos requerentes de asilo e os

que chegavam de livre e espontânea vontade a território nacional. O plano de integração é individual para cada indivíduo, ou seja, tendo em conta as características do indivíduo é criando um plano que vai de encontro às suas necessidades. A integração é realizada através de estágios profissionais/voluntários e atividades socioculturais, sempre acompanhadas por técnicos especializados. A integração dos reinstalados é um trabalho conjunto pelos técnicos CPR que são os assistentes sociais juristas, pelos técnicos de emprego e formação, formadores de português e de informática, coordenadores de projetos, técnicos da Santa Casa da Misericórdia e Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa (CDSSL), técnicos de balanço e treino de competências, e em processos de orientação profissional. Como foi referido anteriormente, o plano de integração tem várias atividades associadas. As aulas de português são iniciadas assim que o indivíduo chega ao centro o CPR, apostando em aulas individualizadas ou em grupo tendo em conta a sua nacionalidade, idade, habilitações e experiência profissional. Em relação a carga horária os indivíduos têm aulas 3 vezes por semana 2 a 6 horas por semana.

As atividades socioculturais que os indivíduos estão inseridos são proporcionadas pelo centro, nos seus tempos livres e pelas aulas de português. Em relação à área do emprego os indivíduos têm sempre presente uma técnica da Unidade de Inserção na Vida Ativa (UNIVA) para a realização de um balanço das competências sociais, profissionais, assim como entender quais áreas de interesse e motivação do indivíduo. O objetivo da instituição é, passado 3 a 6 meses desde a entrada no centro, que os requerentes consigam integrar-se nas empresas, instituições sociais, nas atividades voluntárias ou estágios remunerados.

2. Inclusão e Inclusão social

O conceito de inclusão surge em 1948 com a constituição da Declaração Universal dos Direitos Humanos com o objetivo de mostrar aos vários países que podem e devem incluir os indivíduos que vêm de fora.

Quando abordamos a Inclusão social, falamos da capacidade que a sociedade tem de mudar para receber, entender e respeitar as necessidades dos indivíduos que dela fazem parte. Podemos caracterizarmos uma sociedade inclusiva, quando a mesma não dá importância a classe social, as condições económicas, género etc. Apesar de, cada vez mais, ser possível abrir novas oportunidades para potenciar e garantir este tipo de inclusão, acabou por também se estabelecer “condições para o agravamento das desigualdades sociais e territoriais.” (Albagli, 2006, p.18). Esta não acontece apenas nas escolas ou no nosso ambiente de trabalho, acontece em todos espaços, desde o momento que existem rampas de acesso aos indivíduos que andam de cadeira de rodas, os restaurantes terem menus em braile, entre outros.

A inclusão social está ligada à sociedade, é nela que os indivíduos se desenvolvem através da socialização. Por isso, quando falamos de inclusão social temos de ter em conta as características sociais, mas também as razões pelo qual certos grupos são marginalizados pela sociedade, levando a que não tenham um papel ativo e participativo na mesma. Quando o indivíduo nasce, começa o processo de inclusão social, “medida que se vai inserindo e interagindo ativamente nos vários sistemas que o envolvem e passa a fazer parte deles.” (Dias, 2011, p.4). O processo de inclusão acontece ao longo da nossa vida.

Para podermos compreender a inclusão social devemos pô-la em prática no nosso quotidiano, nomeadamente na comunidade que estamos inseridos, para que possamos melhorar as condições de vida dos indivíduos que se encontram dela excluídos, diminuindo assim as desigualdades sociais existentes. A inclusão pode ter uma vertente educacional, social ou até política, com o objetivo de defender direitos e permitir que todos os indivíduos possam ser ativos na sociedade, sem nunca deixarem de ser respeitados por serem diferentes dos restantes. Em relação ao contexto educacional, este baseia-se na defesa do direito de todos os alunos, como forma de potenciar o desenvolvimento das suas capacidades, mas também criarem competências de exercício dos seus direitos de cidadania, neste caso a educação foi ajustada às suas necessidades, interesses e características. A inclusão é um direito fundamental que todo indivíduo deve ter independente do género, classe ou grupo social. (Freire, 2008).

Por sua vez Boneti (2006), para caracterizar uma pessoa como um ser incluído, tem que possuir direitos e deveres tendo em conta o “contrato social”, com a possibilidade de votar e

de ser votada. O autor faz também a ligação entre a inclusão e cidadania, defendendo que o conceito de cidadania impede que o indivíduo tenha uma postura passiva na sociedade. A inclusão só é garantida na arbitrariedade e direito ao voto e escolha. Apesar disso, Boneti (2006) afirma que o indivíduo não deixa de ser cidadão só pelo simples facto de não votar ou de exprimir a sua opinião. O conceito de cidadão não necessita do ato de voto para ser definido. A inclusão social acontece através de políticas públicas inclusivas intituladas de ações afirmativas. Estas são regras, atualizações legislativas exercidas pelo governo com o objetivo de eliminar as desigualdades existentes entre os indivíduos.

Segundo Faleiros (2006), a inclusão é uma dinâmica de expulsão ou de inserção dos meios socialmente reconhecidos. A pobreza está interligada a histórias de vida e ao auto designação, que muitas vezes são relacionadas com as expectativas sociais tendo em conta o meio em que o indivíduo está inserido. O conceito de inclusão relaciona-se com instituições públicas, o valor dos rendimentos, a qualificação social ou a falta da mesma, a presença ou ausência de bens materiais, a nacionalidade, a etnia ou até mesmo dos ideais com que vivemos. Torna-se assim importante falar de inclusão, de forma a resolver grandes desigualdades de poder, riqueza e exploração de indivíduos, que acabam por prejudicar uns em prol de outros (Faleiros, 2006). A desigualdade acaba por influenciar a vida social, visto que esta é um meio de potenciar vantagens, mas por vezes desvantagens.

Assim como Almeida (2014), para potenciar uma sociedade inclusiva é necessário formar cidadãos para que estes tenham um papel ativo e dinâmico. A autora afirma que o conceito de cidadania se define pela motivação individual, podendo-se tornar um instrumento de manipulação política, que por sua vez não cumpre o seu objetivo. A cidadania deve potenciar a igualdade de todos os cidadãos, independentemente das diferenças psicológicas, físicas, económicas, entre outras. As comunidades são um fator importante para o processo de inclusão dos indivíduos, estas são muitas vezes caracterizadas como sendo perigosas, o que limita a intervenção dentro das mesmas. As comunidades potenciam a inclusão política, tornando-se um fator que permite a existência de uma coesão social. Shiroma (2001) defende que se deve dar poder às comunidades pois seriam uma grande ajuda para aumentar a coesão social. Acreditando-se que as comunidades por serem alvo de grandes disparidades entre indivíduos, são eles mais do que qualquer outro ator, os que conhecem as suas necessidades, e as melhores abordagens no que diz respeito aos problemas que vivem diariamente. Tal como referido anteriormente os sujeitos devem ser o alvo das suas próprias formações.

A inclusão numa vertente económica, explora mais concretamente a empregabilidade. O voluntariado é visto como um fator de integração do indivíduo e não como um trabalho para

fins de remuneração. Realizar voluntariado na comunidade, possibilita tornar o cidadão um membro ativo da própria comunidade, trazendo-lhe benefícios, tais como potencializar a experiência, conhecer outros campos de emprego, aumentar a motivação e as relações interpessoais.

3. A Sociedade e a Importância da Cidadania

O conceito de cidadania surge na Grécia Antiga, onde a cidadania era condição e a referência para a participação da política no governo da pólis. Nesta época, mulheres, escravos, comerciantes e estrangeiros não eram considerados membros ativos, nem cidadãos, não tendo direito ao voto (Igreja, 2010). O conceito caracterizava-se por ser um direito da naturalidade, ou seja, apenas era cidadão aquele que nascia em terras gregas, detendo direitos políticos. Ao longo dos anos houve certas regras que mudaram, como por exemplo a oportunidade de os estrangeiros poderem ser cidadãos. Existindo uma reforma no conceito, apesar de pequena, possibilitou uma mudança na estrutura social, contudo a distinção social não cessou. Durante o século XVIII, na Europa ocidental, existiu pela primeira vez, um aumento na relevância aos direitos civis, garantido aos burgueses o direito de lutar pelos seus direitos, estes ainda limitados, mas os suficientes para que fossem uma classe com opinião política e social. Marshall (1963, cit por. Igreja) defendia que o indivíduo não tinha direito aos seus direitos em pleno, mas sim uma possibilidade de conseguir tê-los.

Marshall (1963) refere que através da criação dos direitos políticos foi possível também desenvolver e definir direitos civis. Ainda assim, e mesmo com a falta de democracia, não sendo possível a compreensão total do conceito. Cidadania é o direito de participar na vida política da sociedade, onde o homem é considerado livre podendo usufruir dos seus direitos, baseando-se nos deveres e valores que são herdados, nos direitos que se foram conquistados ao longo do tempo e na inserção do indivíduo no espaço social. Podemos dizer que o indivíduo é um cidadão por completo quando detêm "poder" intelectual, físico, social, cultural e econômico. (Almeida, 2014).

A cidadania põe o indivíduo no centro onde ele deve aprender a ser educado e a “dimensão do homem na cidade” (Igreja, 2010, p.23) é um processo de autoconstrução com base na integração no meio onde está inserido onde são todos iguais com os seus direitos e deveres. A cidadania deve garantir que todos tenham oportunidade de exercer os seus direitos, mas para isso acontecer devem prestar os serviços pelo poder público e proporcionar as ferramentas certas para que o indivíduo possa evoluir e a cultura, o gênero, raça, etnia ou as opções religiosas não devia ser um fator de impedimento de terem esses direitos. A cidadania pode ser vista nas diferentes dimensões, na dimensão política onde existe uma ordem política e devemos respeitar assim como um conjunto de regras que protege os interesses assim como existe uma ligação entre todos onde a coletividade política é a base de tudo. Na dimensão social

o homem é um ser social o que leva a que exista um conjunto de normas e valores que mantenham a ordem social, o homem só se torna cidadão quando está inserido numa comunidade. Por último a dimensão jurídica onde o indivíduo torna-se um cidadão quando têm o estatuto jurídico da igualdade perante os restantes cidadãos. O indivíduo deve cumprir e respeitar as leis. Através deste poder jurídico o indivíduo ganha uma proteção contra o abuso de poder ou o autoritarismo por quem é responsável pela aplicação da lei. (Igreja, 2010)

O conceito de cidadania ao longo dos anos tem “sofrido” algumas transformações devido à formação das democracias modernas A independência dos vários países também foi uma ajuda para a evolução da cidadania os ideais de igualdade e liberdade foram um fator de ajuda para inclusão dos grupos que até então tinham sido mantidos afastados. Hoje em dia, a cidadania considerada moderna “diz respeito ao direito da fruição do mundo privado, por meio da garantia da liberdade individual e da possibilidade de delegar sua participação na política a um terceiro” (Costa & Ianni, 2018, p.45), ou seja, anteriormente foi referido o que era ser um cidadão na Grécia antiga, e hoje em dia é um conceito mais abrangente, mas igualmente relevante para cada cidadão. Na atualidade, consideramos que o cidadão deve ser alguém que atua em favor da sociedade, assim como a sociedade deve garantir que o mesmo tem os direitos básicos de vida (alimentação, educação, casa etc.).

A cidadania ao longo do tempo deixou de se basear na participação política, mas sim em direitos e deveres entre a sociedade e o indivíduo. Mas como foi falado ao longo do texto ainda existe um longo trabalho para que os direitos e os deveres sejam os mesmos para todos e para que isto aconteça é necessário que exista um trabalho coletivo. A inclusão e cidadania representam complexos históricos, a tentativa de redução da desigualdade “afirmação da identidade, da segurança, do trabalho, da efetivação dos direitos, da criação de oportunidades, da formação de conhecimentos, competências e habilidade, do fortalecimento dos laços sociais, do respeito, da vida digna, de justiça, do empoderamento, do acesso a ativos e à renda, do respeito à diversidade, à cultura e à vida social e comunitária.” (Faleiros, 2006, p.12). Cidadania e inclusão são conceitos diferentes, mas que se complementam. O conceito de cidadania está ligado a o Estado e à inclusão na sociedade, não existindo estado sem sociedade. Portanto, para que o cidadão esteja completamente incluído tem de ter as três dimensões que a cidadania pode ser vista, tem de ser politicamente ativo, os seus direitos tem de estar assegurados, ter oportunidades no mercado de trabalho, não ser excluído e ter vínculos sociais. Mas como referi anteriormente um indivíduo que está excluído da sociedade também é considerado cidadão, mas um cidadão isolado.

Atualmente estamos numa fase de evolução o que leva à mudança de “relacionamentos, seja entre indivíduos, seja com nossas instituições sociais ou com as políticas.” (Costa & Ianni,2018,p.107). Chegamos a conclusão que apesar de haver mudanças não estamos numa sociedade muito evoluída continua a existir a desigualdade, indivíduos que são isolados da sociedade, desemprego entre outros. Para assegurarmos que a cidadania chegue a todos os indivíduos é necessário que haja uma promoção da participação da e o envolvimento dos indivíduos dos grupos, a convivência entre os diferentes grupos.

4. Educação (Não) formal e animação sociocultural

A animação sociocultural é um conceito bastante recente em Portugal, surgido na década de 70, e até aos dias de hoje tem vindo a sofrer alterações, tornando-se atualmente num conceito estrutural para qualquer ação de formação ou de educação. A animação deixa de se compreender unicamente na educação não formal para começar a enquadrar-se em contextos formais, aumentando a abrangência da sua atuação, assim como os profissionais que a conseguem mobilizar. Neste contexto mais formal, situado na escola, deve-se garantir aos alunos a motivação e apropriação do ensino às suas necessidades, sendo, até hoje algo inalcançável, na maior parte das vezes. Esta é uma das lacunas apontadas pelos professores, apresentando a falta de competências técnicas e sociais que possuem para promover esta educação mais “animadora” (Trindade et al., 2018).

A educação e animação sociocultural possibilitam a aquisição de valores de socialização, de espírito crítico, criatividade, entre outras, visto que a aprendizagem lúdica, através dos jogos, permite o aumento do interesse dos alunos, possibilitando a sua integração, com maior facilidade, nos processos de aprendizagem.

A animação sociocultural é uma intervenção social, educativa e cultural e está relacionada com as transformações sociais que vão existindo na sociedade, o mundo está em constante transformação e a globalização traz uma grande diversidade de cultura, etnias língua, o que leva a que o processo de integração social não seja o mesmo. Havendo necessidade de realizar alterações no processo de animação sociocultural, adaptando-se às novas realidades. Como já foi apresentado, a Animação sociocultural não “trabalha” sozinha como parceiros tem a comunidade para que os animadores tenham sucesso na integração e na participação dos indivíduos na sociedade.

4.2. Animador Sociocultural

A função do Animador Sociocultural é “diminuir a violência, a indisciplina, o abandono escolar, sensibilizando os alunos para a importância da escola” (Trindade et al. 2017, p.6). Esta deve acontecer na educação formal e não formal, valorizando sempre a aprendizagem através do jogo e das atividades lúdicas. A introdução de uma componente lúdica na formação, pode potenciar a criação de valores sociais, afetivos e comportamentos sociais, nas crianças. O

animador sociocultural é visto como um agente social porque coloca “em prática a Animação Sociocultural em grupos, com base numa atuação unida.” (Trindade et al., 2017, p.8). Os animadores socioculturais têm de ter em conta as mudanças e a evolução que vai acontecendo na sociedade, para assim ir de encontro às necessidades quer da sociedade como dos alunos. Este é também um mediador, por utilizar a comunicação positiva com as crianças, instituições sociais e a comunidade.

O animador Sociocultural é um agente importante no desenvolvimento sociocultural no grupo ou na comunidade, através da interação, estimula as crianças e o grupo a participarem promovendo a união e a interação. Com isto quero dizer que devemos valorizar os animadores Socioculturais, pois eles possibilitam relações entre a escola e as famílias ou mesmo entre a escola e as instituições, para que exista entre estes atores a sociabilidade. O animador tem o dever de ajudar as crianças a desenvolver-se a nível social, desportivo, educativo e cultural. Para que estes objetivos sejam cumpridos temos de consciencializar para a inexistência da igualdade, promovendo o respeito e aceitação, ensinando a gerir emoções em caso de conflito.

O papel deste profissional num espaço educativo é de trabalhar para o desenvolvimento individual e a participação ativa na vida da comunidade, para que o indivíduo possa sentir-se parte do grupo de pertença e dessa forma contribuir para a integração social. Esta intervenção pode acontecer nos tempos livres com o objetivo de existir desenvolvimento pessoal e social através de jogos, atividades lúdicas onde as crianças possam participar e trabalhar a sua criatividade (Trindade et al., 2018). As atividades realizadas devem ser direcionadas ao grupo, promovendo também o respeito pela diversidade social e cultural com objetivo de acabar com a marginalização social e o abandono escolar. A animação sociocultural pode ser a chave para que na escola exista uma relação positiva, interação e comunicação entre os alunos.

4.3. A Animação Sociocultural e a Criança

“Brincar” é um elemento necessário para o crescimento das crianças. A criança, através de atividades, desenvolve competências sociais e afetivas cognitivas e físicas. Brincar é um fator importante para o desenvolvimento do ser humano porque a ação está associada ao contexto lúdico e educativo, desenvolvendo as competências físico-motoras, sociais e culturais, fazendo a ponte com o desenvolvimento da socialização, expressão e construção do conhecimento. (Trindade et al., 2018). Quando as crianças brincam demonstram quais são os seus interesses e desejos sentindo-se à vontade para expressar os seus pensamentos. As

atividades organizadas pelo animador ajudam as crianças a se conhecerem, assim como a conhecer o grupo onde estão inseridas. Aprendem a concordar e a discordar das opiniões dos colegas, podendo aprender sobre o respeito, tolerância e a autonomia. (Trindade et al., 2018).

A animação sociocultural educa a criança a viver na sociedade, ajuda as crianças a compreender e a seguir regras e valores pelas quais a sociedade se guia. Como já foi referido anteriormente a animação sociocultural é um fator importante para socialização, mas também para o bem estar físico e mental assim como lazer. Esta animação encontra-se inserida na educação não formal e tem vindo a tornar-se um fator importante para que exista uma integração social por parte das crianças. Sendo uma educação que tem como principal objetivo a socialização, as atividades proporcionadas aos alunos devem ajudar esta faixa etária a desenvolver o espírito de iniciativa, integração, autonomia e poder de decisão sempre num meio sociocultural (Trindade, Conde & Pocinho, 2017). O animador sociocultural deve realizar atividades desenvolvimentistas com as crianças de forma a possibilitar a comunicação e relacionamento entre estas, proporcionando uma educação contínua onde eles possam expressar a sua criatividade

4.4. Da Animação Sociocultural à Educação Não-Formal

Na segunda metade do século XX foi necessário diferenciar as modalidades educativas. Sentiu-se essa necessidade pois apercebemo-nos que também se podia aprender através das práticas sociais e esta descoberta aconteceu na reestruturação da formação\educação dos adultos pois tinha-se como objetivo tornar a população mais alfabetizada. (Canário,2006) Assim aparecem três ações educativas diferentes: a educação formal, não formal e informal. Há muitos autores que defendem que é difícil diferenciar os três pois muitas vezes os processos educativos “cruzam-se de diferentes modos com a amplitude dos processos educativos, abrangendo uma diversidade de práticas, atores, modelos e lógicas de ação.” (Bruno, 2014, p.19). As ações educativas têm aspetos diferentes, quer a metodologia usada ou simplesmente pode não existir em certos casos , a maneira que é organizada ,quem é que passa o conhecimento e como é que passa.

Segundo Bruno (2014) a educação formal está associada ao ensino regular “requer tempos e locais específicos, pessoal especializado, organização, sistematização sequencial das atividades, disciplina, regulamentos e leis, órgãos superiores”. (Bruno,2014, p.13). O objetivo neste tipo da educação é a “aprendizagem efetiva” onde são dados diplomas que levam com

que os alunos\formandos possam passar ao nível seguinte de aprendizagem. A educação não formal acontece “em ambientes de ação construídos coletivamente e a participação (...) é voluntária” (Bruno, 2014, p.13), existem também nesta dimensão a intencionalidade de aprender, participar e transmitir conhecimentos. O objetivo consiste “em abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos bem como das relações sociais que este estabelece”. Não existem objetivos específicos nem está organizada por idades, níveis ou conteúdos. A aprendizagem é feita “a partir dos interesses e necessidades de quem participa” (Bruno, 2014, p.14). Por último a educação não formal que acontece no contexto familiar ou na comunicação. A educação não formal não tem um lugar específico as ações educativas são marcadas “por referências de nacionalidade, localidade, idade, gênero, religião etnia marcados pela espontaneidade dos ambientes, onde a relações sociais se definem segundo gostos ,preferências ou pertencimentos herdados” (Bruno, 2014, p.14). Esta ação educativa está associada a socialização entre os indivíduos o que leva que sejam criados “hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar segundo valores e crenças do grupo a que se pertence ou se frequenta.” (Bruno, 2014, p.14). A educação informal é uma aprendizagem constante onde aquilo que se aprende não é sistematizado, os conhecimentos são transmitidos da prática e da experiência pela qual o indivíduo já passou onde o foco são as emoções e os sentimentos. Tendo em conta toda a filosofia da educação informal não é esperado resultados, o objetivo é que o indivíduo pense e aja de forma autêntica.

Bruno (2014) diz que a partir de seis questões podemos “demarcar as diferenças” : “Quem é o educador (agente do processo de construção do saber)?; Onde se educa (local/ espaço/ território); Como se educa (contexto/situação)?; Porquê (finalidades/objetivos); Quais as características mais pertinentes?;Quais os resultados esperados? (p.13). Respondendo a estas seis perguntas na educação não formal, começamos com quem é o educador não é necessário que seja um indivíduo que tenha formação pois nesta modalidade a aprendizagem é feita “através de troca de saberes”, em relação ao espaço certo “por referências de nacionalidade ,localidades, idade ,gênero ,religião etnia ,marcados pela espontaneidade dos ambiente, onde as relações sociais se definem segundo gostos, preferências ou pertencimentos herdados” (Bruno, 2014,p.1 4), o indivíduo é a base da aprendizagem e esta feita de forma coletiva e voluntária, a nível do processo de educar é “abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos, bem como das relações sociais que este estabelece.”(Bruno, 2014, p.13). A educação não formal não está organizada nem por idades nem por

conhecimentos e atua em “aspectos subjetivos de um grupo” (Bruno, 2014, p.14), por último não existe uma meta, os resultados aparecem de forma inesperada.

Para falar de animação sociocultural obrigatoriamente temos de falar sobre educação não formal. Ao longo da descrição da animação sociocultural foi referido que a esta e a educação não formal trabalhavam muito juntas. Gohn (2014) afirma que tem sido complicado caracterizar a Educação Não-formal, sendo para a autora normalmente “definida pela negatividade” (p.39) e muitas vezes é comparada com a Educação Formal tendo as mesmas ideologias e maneiras de atuar diferentes. Com educação não formal aprendemos através da socialização que é feita na rua, nos bairros, com amigos, em igrejas que são “sempre carregadas de valores e culturas próprias de pertencimento e sentimento herdados” (Gohn, 2014, p.40), existindo uma intenção dos indivíduos aprenderem de forma individual ou coletiva.

Com este tipo de educação aprendemos através da partilha de experiências que normalmente ocorre em espaços e ações coletivas do cotidiano. A educação não formal está interligada à educação cidadã, focando-se na formação do cidadão onde o indivíduo tem direitos e deveres. Gohn (2014) caracteriza a Educação Não formal como “um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade” (Gohn, 2014, p.40). A educação Não-Formal reúne um conjunto de “práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes que envolve organizações/instituições, atividades, meio e forma variadas ,assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais” (Gohn, 2014,p.40)

A Educação Não-Formal cria um plano simbólico e ajuda a entender o alargamento das fronteiras ao introduzir a questão do transacional” (Gohn, 2014, p.45), sendo essencial em vários temas que representam a atualidade. Gadotti (2005) refere que a Educação não-formal é menos hierárquica e menos burocrática, o programa normalmente não tem um plano que deve ser seguido a risca, a sua duração é flexível assim como os espaços, têm em conta as dificuldades de cada um e não pode atribuir certificados de aprendizagem. A educação não formal é definida como “uma atividade educacional organizada e sistemática, mas levada a efeito fora do sistema formal” (Gadotti, 2005, p.2). O espaço e o tempo são muito importantes na aprendizagem na Educação Não Formal. A nível de tempo de aprendizagem podemos caracterizá-lo como flexível, tendo sempre presente as diferenças e as capacidades de cada indivíduo. (Gadotti, 2005). Está mais focada na aprendizagem da política dos direitos dos indivíduos, na formação da cidadania “de capacitação para o trabalho, de organização

comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados”(Gohn, 1999 cit por Gadotti, 2005, p.3). São várias as dimensões de aprendizagem, na educação não formal como por exemplo “ a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc.” (Gohn, 2014, p.40).

Os lugares onde a educação não formal se desenvolve são em organizações sociais, em programas de formação sobre os direitos humanos, cidadania, lutas contra a desigualdades e exclusões sociais. A educação não formal é a junção do “conhecimento e reflexão, (...) entre saberes herdado e saberes adquiridos” (Gohn, 2014, p.40) , tratando-se de um processo sociocultural e histórico que acontece através de meios pedagógicos e de mecanismos próprios de cada cultura (Gohn, 2014). Ao longo do tempo, a Educação Não formal tem ganho importância e é vista como uma aprendizagem ao longo da vida, englobando toda a sorte de aprendizagens para a vida, para arte de bem viver e conviver” (Gadotti, 2005, p.3). A educação não formal é sempre muito comparada à educação social, popular e comunitária. Como já foi referido anteriormente com passar das décadas têm ganho importância e é vista como uma educação que tem em conta todas “as aprendizagens para a vida, para arte de bem viver e conviver" (Gadotti, 2005, p.8).

A educação não formal muitas vezes é associada à educação social e podemos dizer que faz todo o sentido, pois a educação social defende e luta por uma educação para todos, é caracterizada pelo trabalho e serviço social, foca-se na educação dos jovens e dos adultos por defenderem que são excluídos socialmente.

4.4.1 Educação Comunitária/Popular

Assim como a educação comunitária que tem como objetivo “melhorar a qualidade de vida dos setores excluídos, através dos movimentos populares, que estão organizados em grupos de base, comunidades, municípios etc.” (Gadotti, 2005, p.3). A educação comunitária também tem tido um papel importante no desenvolvimento comunitário e de comunidades

ajudando a fortificação dos laços com as populações empobrecidas e discriminadas. (Gadotti, 2005). É necessário destacar que a educação comunitária é uma educação onde se aprende em conjunto e permitindo que o homem se torne um membro mais ativo na sociedade.

Outra educação que podemos associar à educação não formal é a educação popular. Este tipo de educação tem como foco fortalecer a esperança através das “suas múltiplas subjetividades políticas, lutando por moradia, pelo direito à terra, direitos à terra, direitos humanos, ecologia, saúde emprego, diversidades etnia, racial de gênero sexual” (Gadotti, 2005, p.19). Todos estes tipos de educação têm várias características da educação informal, mas não devemos vê-las como inerentes à educação informal, mas sim como tipos de educação independentes. Assim como devemos ver a educação não formal como única e não como uma oposição à Educação Formal. Em relação às dimensões de aprendizagem, afirma-se que a Educação Não-formal contempla as seguintes dimensões:

A aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem habilidades e\ou desenvolvimento de potencialidade; a aprendizagem de conteúdos que possibilitam aos indivíduos a fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor (Gohn, 2014, p.41)

4.5. Educação Experiencial: Importância da aprendizagem e Experiência

Como referido anteriormente, a aprendizagem que é realizada através da experiência pode ser promovida em espaços coletivos, mas também em organizações sociais, em formações sobre os direitos humanos, cidadania, luta contra as desigualdades e exclusões sociais. Atua no indivíduo como cidadão, conjuga os “saberes, produzindo o compartilhamento de experiências, produz conhecimento pela reflexão” (Gohn, 2014, p.47). Normalmente estas aprendizagens acontecem em organizações sociais, em programas de formação sobre os direitos humanos, lutando contra as desigualdades entre outros e por ser uma educação mais flexível tem muita adesão da população mais nova. (Gohn, 2014). A cidade é vista como uma aliada na educação dos indivíduos para a cidadania. Se a cidade educar todos os indivíduos todos teremos a mesma oportunidade de aprender, sendo uma das ideologias da Educação Não formal que todos tenhamos as mesmas oportunidades e respeitemos as diferenças de cada um. A cidade pode

ensinar os indivíduos a viver em comunidade e a respeitar o outro. Com educação não formal também é possível aprender através da experiência, esta educação surge nos 60 onde começa a ser vista como uma fonte de experiência. Já em relação ao conceito de experiência é atualmente pouco explícito, visto que engloba em si uma multiplicidade de significados. É relevante indicar que este conceito provém do latim significando “fazer ensaio” enquanto o mesmo conceito provém do grego significando “prova”, ou seja, está em ambos os casos subjacentes à ideia de prática e experimentação. A experiência apresenta por estas razões um caráter dinâmico, que se altera consoante as situações e vivências adquiridas pelo indivíduo, o que leva a que o mesmo possibilite uma formação do mesmo ao longo da vida.

Dewey (1960, cit. por Cavaco,2009) defende que a experiência acontece nas situações onde existe interação entre indivíduo e o meio em que está inserido. A experiência baseia-se "refere-se a fatos, acontecimentos, atividades e reencontros vividos por alguém quando a pessoa é capaz de os enunciar enquanto tais por relação aos efeitos" (Cavaco, 2009, p.222).A formação experiencial, é um conceito multidimensional, visto que engloba em si várias definições que se complementam entre si, resultante de “um processo complexo de análise, problematização e questionamento das experiências previamente adquiridas” (Cavaco, 2009, p.225). Este processo pode ocorrer sem que o indivíduo se aperceba apreendendo novos conhecimentos, que resultam da rutura com experiências anteriormente adquiridas. Percebe-se então que as experiências não podem ser vistas de forma isoladas, mas sim como um todo, pois existe uma ligação entre as experiências passadas e as presentes que irá permitir ao sujeito uma preparação para receber as experiências futuras, podendo estas substituir as anteriores caso seja necessário.

Assim entende-se que a aprendizagem experiencial é um “processo contínuo e permanente” que ocorre de forma “personalizada” por cada pessoa. Canário (2006) refere que nós aprendemos através da experiência e que não é de todo sensato ensinar aos indivíduos aquilo que já sabem, pois, a experiência deve ser vista como um recurso para adquirirmos conhecimentos. O autor ainda defende que existem três pilares teóricos na experiência : o primeiro a “revalorização epistemológica da experiência”(Canário,2006 ,p.4);o segundo traduz-se em “definir as situações educativas pelos seus efeitos”(Canário, 2006,p.4) e o terceiro e último pilar "assimilar o processo de aprendizagem a uma conceção larga ,multiforme e permanente de socialização"(Canário, 2006, p.4). A animação sociocultural está ligada ao tempo livre, ao lazer, à comunidade as atividades que realiza tem em foco a realidade social do

indivíduo. A educação não formal e animação sociocultural tem vários aspetos em comum, as suas atividades são realizadas fora do ambiente escolar com base nas necessidades de cada indivíduo. Os dois conceitos valorizam a autonomia a responsabilidade onde o indivíduo é o centro da sua aprendizagem e assim como o desenvolvimento sociocultural.

5. Mediação

5.1. Conceito de mediação

A mediação surge para facilitar os processos relacionais, tornando-se atualmente um fator importante para o desenvolvimento social em vários países, principalmente onde existe uma grande diversidade sociocultural, tendo como objetivo promover a comunicação entre os indivíduos e contribuir na gestão de conflitos existentes (Costa,2020). A mediação acontece quando existe um terceiro elemento imparcial, que promove um relacionamento e diálogo entre as partes em conflito, nesse sentido, identifica as questões e interesses das partes envolvidas e procura encontrar soluções eficazes. A mediação tenta ultrapassar o conflito e restabelecer a comunicação e o bem-estar das partes, tendo em conta as questões sociais, culturais, religiosas e políticas (Costa, 2020).

Segundo Silva et al. (2020) a mediação é uma disciplina e uma metodologia de intervenção, baseada no conhecimento científico, praxeológico e ético que “se foca na compreensão, prevenção, gestão e transformação cooperativa de conflitos, para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis, humanistas, pacíficas, críticas e democráticas” (p.9).

Este conceito define-se por ser uma dinâmica que facilita a comunicação e a resposta a conflitos. Desse modo, caracteriza-se por ser um meio para que comunidades, grupos e indivíduos possam gerir a comunicação, prevenir o conflito, desenvolver uma maior coesão social e convivência (Freire & Caetano, 2014). O conceito promove espaços de interação e proporciona novas formas de socializar “propondo modelos de (re)configuração de laços sociais” (Costa, 2020, p.16). A mediação visa a “compreensão, prevenção, gestão e transformação cooperativa de conflitos” (Silva et al., 2020, p.8), para que possamos ter uma sociedade que respeita o outro. A mediação também pode ser usada para assegurar “a continuidade entre a formação, no quadro da alfabetização de adultos no bairro e o acesso à formação de adultos proporcionados pelo sistema educativo” (Freire & Caetano, 2014, p.3).

Através da mediação existe uma grande dinâmica, criando assim uma rede entre a mediação e os mediadores refletindo “a presença de papéis e níveis de mediação diferenciados, mas sobretudo complementares” (Freire & Caetano, 2014, p.6). É vista como um modo de democratização não só da vida pessoal como também coletiva e na ajuda da construção de uma cidadania substantiva. Esta tem como base uma democracia situacional com o objetivo de consciencializar os indivíduos em relação a suas vidas apoiando-os a desenvolver processos de autonomia e tomada de decisão. Assim, pressupõe-se o não enviesamento do processo e dos resultados em função dos valores, juízos e perspetivas do mediador. No entanto, podemos questionar-nos, não só sobre as bases e a possibilidade de concretização desta neutralidade nos diversos domínios da mediação de cariz societal (familiar, social, comunitária), mas também sobre a sua efetividade no empoderamento e promoção de uma verdadeira participação das partes envolvidas no processo, sobretudo em casos de grupos em situação de desvantagem socioeconómica e cultural (Schwerin, 1995; Zamir, 2011 cit. por Albuquerque, 2015). Pretendendo reconstruir os laços sociais entre os indivíduos, contextos e espaços e transformar os indivíduos, a mediação visa contribuir para o bem comum. Para que esta cumpra o seu papel é preciso que a vertente social esteja presente de forma que funcione “como um objeto transitivo, de um terceiro como garante das condições de comunicação/relação, entre o eu e o outro.” (Santos, 2014, p. 74). A mediação é um processo que favorece a compreensão entre o eu e o outro, sendo um instrumento de comunicação (Santos, 2014).

5.2 Modelos de mediação

O processo de mediação cria um espaço onde o indivíduo se descobre, se constrói e tem uma transformação pessoal, interpessoal e social, aprendendo também que todos nós podemos e temos o direito de fazer escolhas, assim como aperfeiçoar a comunicação, a escuta e intercompreensão (Silva, et al. 2020). A mediação pode acontecer de diferentes formas e ter por base diferentes modelos, entre os quais o transformativo, o tradicional-linear e o circular-narrativo.

O modelo transformativo, defendido por Bush e Folger (2010 cit. por Denardi & Nassaro, 2021) é caracterizado por tentar transformar as relações, promovendo a consciência das duas partes, “contribuindo para a legitimação e reconhecimento entre elas, estimulando sua valorização enquanto pessoas” (Denardi & Nassaro, 2021, p.16). Os mediadores que se baseiam neste modelo acreditam que o conflito pode fazer a mudança. O objetivo da intervenção é que as partes restaurem a sua ligação através da comunicação. Todas as

intervenções, que o mediador faz, têm como objetivo fortalecer a confiança das duas partes. Este modelo tenta levar os indivíduos a pôr-se no lugar do outro para que percebam o outro lado e assim arranjam uma solução de forma colaborativa (Bush & Folger, 2010 cit. por Denardi & Nassaro, 2021).

Um outro modelo é o tradicional-linear que se caracteriza pela imparcialidade do mediador na autodeterminação das duas partes em conflito. Este modelo foi criado por John M. Haynes (n.d., cit. por Denardi & Nassaro, 2021) baseado no programa de negociação da faculdade de Direito de Harvard. Os mediadores que utilizam o modelo de mediação de John M. Haynes (n.d., cit. por Denardi & Nassaro, 2021) tentam resolver o conflito através do acordo entre as duas partes. O modelo baseia-se no diálogo e na negociação das duas partes, o mediador incentiva que os próprios criem as propostas sensatas para que seja mais fácil negociar (Denardi & Nassaro, 2021).

Por fim, o modelo circular-narrativo, desenvolvido por Sarah Colb (n.d., cit. por Denardi & Nassaro, 2021) tem como objetivo fazer com que as duas partes tenham noção de todos os aspetos que envolvem o conflito. O modelo baseia-se na comunicação entre as duas partes, sendo pedido que ambas apresentem a sua versão sobre o acontecimento durante o conflito, realizando um levantamento dos pontos discordantes e das dúvidas que possam existir. O mediador, neste modelo, pretende evitar a parcialidade, promovendo a criação de uma versão consensual, de ambas as partes, acerca do sucedido durante o conflito, com intuito de que este seja solucionado.

5.3. Mediação Sociocultural

A mediação sociocultural tem vindo a tornar-se cada vez mais relevante, nos últimos vinte anos, esta “prática da mediação social conheceu um enorme sucesso, primeiro nos EUA e depois em diferentes países europeus” (Oliveira & Galego, 2005 , p.21). É com a Mediação Sociocultural que arranjam soluções e compreendemos os problemas que existem nas várias culturas. Ao longo dos anos a mediação sociocultural tem ganhado uma grande importância na sociedade, nos vários campos como político, laboral, judicial, educacional, comunitário e de relações interculturais. Podendo-se afirmar, também, que a “mediação sociocultural prende-se, em certa medida, com o atual panorama da imigração em Portugal” (Oliveira & Galego, 2005, p.13).

A mediação sociocultural baseia-se nas relações humanas, tendo como objetivo proporcionar o diálogo entre os indivíduos, para a resolução dos seus problemas (Oliveira & Freire, 2009). Quando falamos de mediação sociocultural falamos de uma mediação que está ligada à diversidade cultural e social com objetivo de integrar todos os indivíduos na sociedade, como cidadãos participativos. Com o tempo, a mediação sociocultural tem vindo a ganhar visibilidade através dos “laços sociais numa sociedade cada vez mais heterogénea sob o ponto de vista social, cultural e étnico.” (Oliveira & Freire, 2009, p.13).

A mediação sociocultural encontra-se estritamente ligada à resolução de conflitos através do meio de negociação, contudo e tal como Oliveira e Freire (2009) afirmam, tem-se “revelado uma tarefa árdua não só dissociar estes conceitos como autonomizar e tornar perceptível a enorme relevância que o exercício da mediação sociocultural tem na nossa sociedade.” (p.9). Com isto é necessário para potenciar a mediação a capacidade de ser bom ouvinte, entender o outro, respeitar mesmo não concordando com as perspetivas. A mediação sociocultural não procura, unicamente, que o indivíduo seja tolerante com o outro, mas sim que haja uma compreensão do indivíduo em relação à outra parte. Este tipo de mediação não se cinge apenas às “origens étnicas e culturais, mas alarga-se a todas as áreas onde seja necessário reforçar a dimensão da interculturalidade e da coesão social” (Oliveira & Galego, 2005, p.25).

5.3.1. Mediador Sociocultural

O mediador é um ator social que precisa ter a noção da influência que têm na mediação, um agente da mudança, de negociação, devendo clarificar os significados dos acontecimentos e do que é falado. O mediador faz muito mais que observar, ele evidencia os padrões, as tendências, constrangimentos, convergências, divergências, racionalidades e emoções. A mediação social ao longo do tempo tem vindo a tornar-se um processo de “reconhecimento e de consolidação de escalas de proximidade” (Albuquerque, 2015, p.145) vistas como uma ferramenta para a gestão das questões sociais contemporâneas. São vários os autores que defendem que os mediadores “constituem-se como promotores de novas tramas sociais e relacionais ao facilitarem” (Albuquerque, 2015, p.145) a paz entre as duas partes. Ao longo dos tempos, as diferenças culturais e socioeconómicas começaram a evidenciar que a proteção dos direitos humanos ajudou com que os mediadores sociais ganhassem o seu lugar. A mediação social faz com que a população que é silenciada tenha voz, fazendo com que os vários níveis de decisão assim como as dimensões para a “compreensão e ação nas problemáticas e nas necessidades expressas ou latentes.” (Albuquerque, 2015, p.145).

Em relação à função de um mediador sociocultural, este deve promover um “diálogo intercultural, estimulando o respeito e o melhor conhecimento da diversidade cultural e a inclusão social.” (Lei nº105/2001, 2001). Este profissional deve então ser capaz de, não só possuir uma competência de desenvolver em si mesmas capacidades de relacionamentos interpessoais, mas deve também promover esta competência no público-alvo. Dessa forma, foi definido pela Lei nº 105/2001, algumas competências que um mediador sociocultural deve possuir enquanto atua no seu campo de trabalho.

Em primeiro lugar, este deve “colaborar na prevenção e resolução de conflitos socioculturais e na definição de estratégias de intervenção social” (Lei nº105/2001, 2001), sendo nesta competência realçado a necessidade de resolver conflitos, como forma de potenciar o desenvolvimento, através do que se define como intervenção social, não significando uma intervenção hostil. Acrescentado a esta competência, o mediador sociocultural deve também “colaborar ativamente com todos os intervenientes dos processos de intervenção social e educativa” (Lei nº105/2001, 2001), evitando a alienação de qualquer interveniente, promovendo a inclusão e participação de todos, sem qualquer preconceito. Este deve ser o principal facilitador, “entre profissionais e utentes de origem cultural diferente” (Lei nº105/2001, 2001), colocando-se numa postura de entreajuda, sendo a ponte que liga duas fações.

Com isto, acrescenta-se a necessidade de o mediador “assessorar os utentes na relação com profissionais e serviços públicos e privados” (Lei nº105/2001, 2001), isto é fornecer assistência aos utentes garantido as relações que estes realizam com diversos instrumentos, atores sociais e serviços, para que possam, da melhor forma, aumentar a sua qualidade de vida. A igualdade e equidade devem ser conceitos orientadores deste profissional, sendo que este, por lidar com vários grupos e comunidades marginalizadas, deve garantir que as suas necessidades são correspondidas dentro do possível, sendo imprescindível por parte dele “promover a inclusão de cidadãos de diferentes origens sociais e culturais em igualdade de condições” (Lei nº105/2001, 2001). Por fim, o mediador sociocultural deve respeitar a natureza confidencial da informação relativa às famílias e populações abrangidas pela sua ação.” (Lei nº105/2001, 2001), o trabalho realizado com comunidades, e mais particularmente com as pessoas, é sempre complicado, visto que em momentos de fragilidade, principalmente com refugiados, deve ser promovido o conforto e a segurança, por essa razão é este mediador deve, através da confidencialidade, assegurar todos os envolventes.

5.4 Mediação Comunitária

Segundo Freire & Caetano (2014) o conceito de comunidade não só se baseia apenas no espaço e no tempo, mas sim na construção de “relações intersubjetivas e de mútuo reconhecimento” (p.2) este conceito pode ser a ponte para o desenvolvimento das relações humanas afetivas, participação cívica e de responsabilidade. O conceito de comunidade inclui “situações heterogêneas, mas que, ao mesmo tempo, apoia-se em fundamentos afetivos, emotivos e tradicionais.” (Peruzzo & Volpato, 2009, p.141). Por sua vez Goldwasser(1974) defende que o conceito de comunidade tem sido visto como um “segmento populacional ocupando uma área territorial contígua, ou como um certo tipo de relação social evocando os aspectos mais positivos dos processos de associação humana” (p.70).

A mediação comunitária tem como objetivo “promover a democratização do acesso à justiça, restituindo ao cidadão e à comunidade a capacidade de gerir seus próprios conflitos de maneira participativa, autônoma e emancipatória.” (Foley,2013, p.5), trabalhando também a educação para os direitos e à animação de redes sociais. Na educação para os direitos foca-se na democratização do acesso à informação dos direitos dos cidadãos e simplificar a linguagem legal “por meio da reflexão crítica sobre a criação do direito a partir das necessidades da comunidade.” (Foley, 2013, p.5), por sua vez, a animação de redes sociais tem como objetivo mobilizar a comunidade a criar redes solidárias para que se possa entender as dificuldades assim como os recursos que a comunidade tem. Este tipo de mediação é realizada nas comunidades onde os direitos constitucionais não são cumpridos por inteiro, tornando-se de um processo democrático para a solução de conflitos, ajudando indivíduos com poucas posses a ter acesso à justiça, ajudando também no processo de inclusão social dos indivíduos. A mediação comunitária tem como base a solidariedade social, onde as soluções são encontradas pelas partes envolvidas incentivando a conscientização de viver em paz e se forem mediadores que fazem parte da comunidade ajuda com que o processo se torna muito mais fácil e transmite confiança nas suas partes.

A mediação comunitária está direcionada para as comunidades de “forma geral, promovendo o acesso à justiça em localidades de diversos bairros” (Gonatim, 2013, p.45) por mediadores que vivem na comunidade com o objetivo de conseguir com que as duas partes dialoguem e que exista uma “paz” social. Segundo Gonatim (2013) comunidade é onde o homem pode ser ele próprio, porque o cotidiano comunitário está relacionado com a política, à cultura, à economia, às crenças. A mediação aparece com o objetivo de resolver conflitos,

familiares, com vizinhos, heranças etc. através da comunicação, e através da comunicação podemos ter em conta três objetivos: “a solução dos conflitos, a prevenção à má administração de conflitos e a inclusão social” (Gondim,2013, p.47).Este tipo de mediação é uma mediação que faz com que a comunicação seja um diálogo cooperativo, ou seja, os indivíduos que estão envolvidos no conflito sejam o centro da solução do mesmo, onde os indivíduos devem ter respeito pelo outro e trabalhar em conjunto para arranjar uma solução. O processo que a mediação comunitária se baseia num “encontro de esclarecimentos entre pessoas envolvidas pelo conflito para que juntas possam solucionar e equilibrar relações por meio da escuta, da comunicação, da reflexão referente às áreas de sua vida” (Gondim 2013, p.47). A mediação comunitária é “um conjunto de processos que favorecem e intensificam as relações que ocorrem no interior de uma determinada comunidade e entre comunidades, e concorrem para a construção de uma identidade cívica comum, de uma cidadania coletiva.” (Freire & Caetano, 2014.p.2) A mediação comunitária representa solidariedade social, onde nas comunidades mais carenciadas tenham oportunidade de solucionar o conflito, como foi referido ao longo do texto para que haja uma paz social na comunidade. Este tipo de mediação é realizada em comunidades onde existe um grande desrespeito pelos direitos humanos e constitucionais. Mas não podemos substituir a mediação comunitária pelo poder jurídico, mas sim como um instrumento de ajuda.

Hoje em dia a justiça estatal não é única solução, a mediação, mas concretamente a mediação comunitária consegue com que o indivíduo conheça e reconheça quais são os seus direitos e deveres que conseqüentemente leva a resolução de conflitos. A mediação tem sido eficaz em “ solucionar desavenças interpessoais e prevenir a escalada de novos conflitos quanto para lidar com questões coletivas nas assim chamadas comunidades” (Waltrich & Spengler, 2013,p.178) , a mediação comunitária disponibiliza uma justiça cidadã levando a percepção que um conflito não tem só o lado negativo que através de um conflito conseguimos a solução para certos problemas que a comunidade está a vivenciar. O conceito solidariedade é algo que está muito presente na resolução de conflitos, os indivíduos participam diretamente na busca de soluções, dando voz a comunidade valorizando o indivíduo como cidadão ativo. A mediação incentiva a participação dos cidadãos “na tomada de decisões, facilita o acesso à justiça, como também promove a responsabilização dos sujeitos e auxilia o diálogo assertivo.”(Waltrich & Spengler, 2013,p.179).Podemos caracterizar a mediação como uma prática emancipadora por dar o poder ao cidadão para resolver os conflitos, fazê-lo perceber quais são seus direitos e deveres perante a sociedade que está inserido, serem os próprios

responsáveis pela harmonia na comunidade para que possamos todos viver numa sociedade que respeita e vive de uma forma plena.

5.5 Mediação Intercultural

A interculturalidade, “dá lugar às diferenças e apontando ao enriquecimento e mudança contínua” (Weissmann, 2018, p.28) O conceito também está ligado às propostas democráticas entre as várias culturas.

A mediação Intercultural está ligada a pedagogia social, foi “criada” para “facilitar a comunicação, para fomentar a coesão social e promover a autonomia e a inserção social das minorias e dos mais fragilizados” (Vieira & Viera, 2016, p.67). Neste tipo de mediação existem variadas maneiras de mediação, a comunitária, social, escolar, familiar, laboral, jurídica, e o mediador toma mais uma posição mais preventiva e transformadora de relações sociais (Vieira & Viera, 2016). O mediador deve ter em conta as situações sociais que trazem injustiças e carência do meio e tentar mudá-las com objetivo de levar harmonia às duas partes. A mediação Intercultural está ligada à “mestiçagem, cultura(s) dinâmicas (s), interculturalidade e (Trans)formação dos sujeitos e culturas envolvidas.” (Vieira & Viera, 2016, p.69). A mediação intercultural intervém em acontecimentos sociais de multiculturalidade onde a terceira pessoa consiga trazer ao de cima as diferenças existentes. Segundo Marques & Vieira (2020) a mediação intercultural é uma pedagogia social para a interculturalidade que ajuda com que haja comunicação entre indivíduos com diferentes culturas. Este tipo de mediação promove as relações cooperativas para resolução de conflitos ou a prevenção de conflitos auxiliando o diálogo entre as duas partes e o “aumento da socialização, o desenvolvimento de padrões de colaboração, o reconhecimento do outro e a responsabilidade individual e social.” (Gualtieri, 2018, p.640). Para que o processo tenha um efeito positivo é necessário que o indivíduo venha de livre e espontânea vontade para que exista um diálogo, assim como aprendizagens e a construção de laços sociais. Neste sentido, a comunicação e a facilitação, a cooperação e a gestão das dificuldades ou conflitos e a transformação, num duplo sentido, são aspetos básicos da mediação intercultural.

A mediação intercultural ajuda no processo de inclusão intercultural do indivíduo, neste tipo de mediação é necessária uma “grande capacidade de escuta ativa, compreensão e respeito pelo outro” (Rodrigues, Vilaça, & Ferreira, 2020, p.24). A metodologia utilizada na mediação intercultural é multifatorial onde se identifica, define os três fatores que estão presentes nos acontecimentos da mediação que são : pessoal, situacional e cultural. Em Portugal a mediação

aparece em 1990, nos programas comunitários onde o foco era a integração socioprofissional dos grupos mais desfavorecidos. Focando -me agora no papel do mediador, estimula a comunicação entre indivíduos com culturas diferentes, administrando ,prevenindo e resolvendo conflitos e choques culturais. O mediador neste tipo de mediação o mediador usa o método da a multi parcialidade, ou seja, tentam perceber os dois lados tendo em conta as suas culturas, adoção deste método traz consigo várias vantagens: a facilitação a comunicação com os indivíduos, o medidor consegue criar uma ligação com os individuais das comunidades “promove o acesso a serviços públicos e privados, constrói uma cidadania multicultural capaz de fazer integrações interculturais e a integração social bem como capacita e promove a participação social e comunitária.” (Rodrigues, Vilaça, & Ferreira, 2020, p.24). Este tipo de mediação tem em conta o quotidiano dos indivíduos, valoriza o contacto com o meio e com diferentes culturas, utilizando uma política micro com o objetivo de melhorar a convivência e o contacto entre as diferentes culturas, é uma pedagogia na intervenção social que promove a interculturalidade e que em vários campos de ação.

A mediação intercultural é considerada uma prática que incentiva a diversidade, que tem como objetivo a prevenção e a transformação dos indivíduos para que sejam autônomos, o seu meio de ação é em contextos informais, onde a intervenção do mediador intercultural é apenas “ regular um conflito, por vezes, existem situações sociais onde a intervenção do mediador intercultural é necessária para estabelecer uma comunicação entre as partes envolvidas” (Rodrigues, Vilaça & Ferreira, 2020, p.299). Um mediador intercultural melhora a comunicação, faz com que os indivíduos de etnias diferentes se aproximem e consigam conviver em paz e harmonia facilitando assim a intervenção dos restantes campos. Mas para isto acontecer é preciso que as duas partes “superem atitudes de ignorância, renuncia, discriminação, preconceito, intolerância entre outras”

Capítulo II - Dinâmica de estágio

1. Caracterização da instituição

O Conselho Português para os Refugiados (CPR) foi criado a 20 de setembro de 1991 por um conjunto de personalidades de diferentes setores da sociedade portuguesa, este surgiu com apenas 2 trabalhadores e era suportado maioritariamente pelo trabalho voluntário, o seu objetivo é acolher e integrar os refugiados, mas também promover as políticas de asilo humanitárias e sustentáveis e a formação e sensibilização para a temática dos direitos humanos. Desde 1993 conta um Protocolo de Cooperação com o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) que tem uma proteção jurídica e social dos refugiados e dos indivíduos que procuram asilo, entidade que passou a ser representada em Portugal a partir de dezembro de 1998.

O CPR estabeleceu protocolos com o governo português (Ministério da Administração Interna – MAI e Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social – MSESS) onde desenvolve projetos nos campos do acolhimento de requerentes de asilo e integração de refugiados. Em relação ao campo Europeu o CPR é membro do European Council on Refugees and Exiles – ECRE, da European Legal Network on Asylum – ELENA e da Rede Separated Children European Programme – SCEP.

A missão da instituição é “Defender e promover o direito de asilo em Portugal” (Conselho Português para os Refugiados), dentro dos termos do Direito Internacional, Europeu e Nacional dos Direitos Humanos e dos Refugiados. De forma a concretizar e atingir esta missão foi necessário um apoio direto e gratuito, independente e imparcial, efetuado pelos vários departamentos especificamente direcionados a requerentes e beneficiários de proteção internacional com os objetivos de garantir o acesso à proteção internacional e de capacitar esta população para a integração, respetivamente. Também é imprescindível um acolhimento inicial e transitório de requerentes de proteção internacional e refugiados reinstalados nos Centros de Acolhimento para Refugiados, sites na Bobadela e São João da Talha e no Centro de Acolhimento para Crianças Refugiadas; O *advocacy*¹, foi também exercido junto das entidades governamentais, de forma a cumprir a visão e os valores seguidamente descritos, por fim, a instituição ainda tenta alcançar a missão através de ações de informação, sensibilização e formação, contribuindo para uma sociedade mais informada e receptiva aos refugiados.

¹ Qualquer ação que fale a favor, recomende, defenda uma causa ou apoie, defenda ou dispute em nome de outros

Em relação à visão é referido pelo CPR ser “que Portugal cumpra os compromissos internacionalmente assumidos e a legislação relativa a direitos humanos e ao direito de asilo” (Conselho Português para Refugiados, s.d.) esta visão pretende desta forma garantir por parte do país sede o cumprimento das leis por ele estabelecidas como forma de garantir direitos humanos e consequentemente direitos de asilo, neste caso para os refugiados. É também pretendido que o país “no âmbito da cooperação internacional, assuma responsabilidade acrescida no sistema internacional e europeu de proteção, nomeadamente no âmbito da Reinstalação e de mecanismos de solidariedade” (Conselho Português para Refugiados, s.d.), ou seja, que assuma, pelos seus atos e dos seus cidadãos, assim como visitantes, os refugiados, responsabilidade de proteção, promovendo processos de reinstalação, e consequentemente promover a solidariedade. A visão pretende também o respeito e “a dignidade dos requerentes de protecção internacional, assegurando a quem seja reconhecida proteção, a possibilidade de se integrar e desenvolver” (Conselho Português para Refugiados, s.d.), ou seja, alinhado com a perspetiva anterior, pretende-se garantir a proteção de todos os locatários dentro do país garantindo a sua integração e possibilitando o seu desenvolvimento. Por fim, e numa visão mais pessoal em termos da organização, é esperado que o CPR continue a ser “a organização de referência em termos da defesa e promoção do direito de asilo em Portugal.” (Conselho Português para Refugiados, s.d.).

No que respeita à finalidade desta instituição destaca-se em primeiro lugar como a mais relevante e pertinente, garantir “os Direitos Humanos”, promover a “inclusão e empoderamento dos requerentes e beneficiários de proteção internacional” é outra das finalidades apontadas pela instituição. Este tenta garantir uma inclusão por parte dos agentes, neste caso, refugiados, de acordo com o que está previsto na proteção internacional. Em seguida, a instituição pretende garantir uma “sociedade inclusiva e consciente das suas responsabilidades nos domínios do asilo”, esta reflete em grande parte o que outras anteriormente promovem, sendo a inclusão e consciencialização das responsabilidades um dos enfoques desta instituição. Por fim é valorizado competências em diversas vertentes, nomeadamente de “Especialização, continuidade, resiliência e criatividade, transparência, independência, rigor e integridade, espírito de equipa, trabalho em parceria e em rede (local e comunitária), formas essenciais de cooperação e colaboração para concretizar os objetivos”. Todas estas cruciais para mostrar os valores humanitários que esta instituição tenta transmitir diariamente com as interações, apoios e formações realizadas com os refugiados

O trabalho do CAR II foca-se no melhoramento das condições de acolhimento e de integração de todos os indivíduos que procuraram refúgio em Portugal. Mas também tenta criar formações que promovam aprendizagens significativas, organização do tempo livre dos requerentes de asilo e refugiados por último a ser um apoio e de divulgação do tema do asilo para a restante sociedade. Para que os refugiados tenham o maior conforto possível durante o período transitório da chegada à integração no país, o CAR 1 responsabiliza-se pelo primeiro alojamento, contando com um espaço de convívio e lazer, cozinha, banco de roupa usada, biblioteca, ateliers, salas de formação e auditório. O centro de acolhimento para refugiados (CAR II), está direcionada para os refugiados reinstalados, que ficam alojados durante 1 a 3 meses, tendo em conta a análise individual e familiar, nesta fase é realizado um atendimento de reconhecimento e diagnóstico dos indivíduos, para assim criar um plano de intervenção para que a sua instalação vá de encontro aos objetivos do mesmo. O plano de integração do CPR passa pelas seguintes atividades:

Realização de entrevistas individualizadas para identificação do percurso escolar e profissional de cada um dos refugiados; Aulas de Língua Portuguesa durante a permanência e após a sua saída do CAR; Encaminhamento para formação profissional, no âmbito de projetos de integração promovidos pelo CPR e de outros programas existentes; Procura de emprego (pesquisa de ofertas, elaboração de C.V e cartas de apresentação, preparação para entrevistas, sensibilização junto dos empregadores, etc.) Encaminhamento para formação complementar na área de informática; Apoio ao nível da equivalência de habilitações escolares; Encaminhamento para Centros Novas Oportunidades, para processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências escolares e profissionais.

A Casa de Acolhimento para as Crianças Refugiadas (CARC) tem como objetivo acolher crianças e jovens menores de 18 anos no processo de asilo. A construção da CARC foi patrocinada pela Swatch Tempus Internacional, S.A., Ministério da Administração Interna/Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e pela Câmara Municipal de Lisboa entraram em funcionamento a 13 de outubro de 2012. As crianças que são colhidas são crianças que chegam a Portugal sem pais ou um adulto que se responsabilize por elas. O acolhimento destas crianças é garantido pela lei de asilo de julho de 2008, pela lei de Proteção de Crianças e Jovens e por último as orientações do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados.

2. Apresentação e Reflexão das atividades realizadas

Como referido anteriormente o estágio foi realizado no Conselho Português para os Refugiados, no Centro de Acolhimento para os Refugiados II no ano letivo de 2021/2022. Ao longo destes 9 meses tive oportunidade de participar nas diversas atividades que decorreram na instituição, apesar do papel de estagiária, a equipa da instituição acolheram-me e trataram-me como se fosse membro da mesma, sendo que me foram atribuídas várias responsabilidades ficando sempre integrada na dinâmica e equipa de trabalho. Assim tive também a oportunidade de planear, preparar e dinamizar atividades a realizar com os requerentes e as crianças.

Nesta fase do relatório segue-se uma abordagem ao programa de Reinstalação, ao programa dos Barcos Humanitários e as duas operações humanitárias da Ucrânia e do Afeganistão, salientando qual foi o meu papel e contributo para os mesmos.

Aqui irei descrever as dinâmicas desenvolvidas no âmbito dos projetos direcionadas a adultos e crianças interligando sempre que possível estas e as suas metodologias com o enquadramento teórico anteriormente apresentado. A acrescentar ao balanço serão ainda descritas outras funções e tarefas tanto administrativas e burocráticas como funções mais práticas que desempenhei e se revelaram importantes ao meu desenvolvimento e aprendizagem durante o estágio.

2.1 Programas do CAR II

O Programa Nacional de Reinstalação, em Portugal, iniciou em janeiro de 2006 quando Portugal acolheu um grupo de refugiados oriundos de Marrocos, O CPR acolheu os refugiados no Centro de Acolhimento para Refugiados 1 (CAR 1), tendo acompanhado os mesmos durante e após a saída do centro. Desde aí que o Programa se destaca pelo sucesso na concretização do seu objetivo central, “proporcionar proteção internacional aos seus beneficiários, mediante a tutela dos respetivos direitos fundamentais e a oferta de perspetivas de integração e de vida condigna em Portugal” (Conselho Português para os Refugiados, 2010, p.3). Este deparou-se com a necessidade de acolher refugiados provenientes dos Barcos Humanitários do mediterrâneo, uma vez que esta necessidade não se dissipou, foram então tomadas medidas para que o Programa Barcos Humanitários fosse inserido no programa Nacional de Reinstalação. Os Barcos Humanitários são caracterizados por pessoas que a bordo de diversas embarcações, muitas vezes sobrelotadas e com más condições, chegam às fronteiras de Malta, Grécia e Itália. Já o Programa Operações Humanitárias da Ucrânia e do Afeganistão surgiu no

presente ano com o evoluir das tensões geopolíticas e militares na Europa e no Médio Oriente, este vem acolher e orientar os provenientes destes países em Guerra.

Durante estes 9 meses estive presente no dia a dia da instituição, neste último ponto do relatório faz sentido que seja feita uma reflexão e um levantamento das aprendizagens adquiridas e que levo para a minha vida profissional. Foi abordado na caracterização da instituição, que o CAR II está direcionada para os refugiados reinstalados existindo um programa de integração. Será então relevante abordar o meu papel em cada situação, as aprendizagens realizadas e ainda as dificuldades sentidas durante o processo.

A equipa com quem trabalhei no CAR II está dividida por departamentos, sendo eles, o departamento social e o departamento de Integração. Durante o estágio eu tive a oportunidade de colaborar com ambos pois estes procuram trabalhar em conjunto, no entanto o meu trabalho focou-se mais no Departamento Social.

Assim que os requerentes chegam ao centro é feito um diagnóstico com objetivo de conhecer a história de vida do indivíduo, qual a sua formação profissional e académica e quais são as suas expectativas para o futuro em Portugal. Os diagnósticos são momentos muito emotivos porque são testemunhos reais de pessoas que estiveram na guerra e que perderam tudo o que tinham conquistado durante a vida, estes viram o seu lar a ser destruído.

Com o diagnóstico aprendi a realizar perguntas-chaves, que fossem ao encontro do objetivo da atividade, a comunicação foi um campo muito desenvolvido visto que os requerentes não falavam português, sendo necessário estar sempre presente um mediador sociocultural para facilitar o processo. O mediador sociocultural tem como objetivo promover “novas tramas sociais e relacionais ao facilitarem” (Albuquerque, 2015, p.145) ao facilitarem a paz entre ambas as partes. Necessitei adaptar a minha linguagem para que fosse fácil não só traduzir mas também que o requerente percebesse o que estava a ser perguntado.

A minha maior dificuldade durante os diagnósticos foi manter uma postura neutra, para não demonstrar emoções e conseguir transmitir aos requerentes a segurança e apoio que estes necessitam. A mediação é um processo que favorece a compreensão entre o eu e o outro, sendo um instrumento de comunicação (Santos, 2014). Esta comunicação pode ser verbal ou não verbal mas da parte do mediador o mesmo deve, durante este processo tentar perceber melhor o refugiado as suas convicções e valores, sendo este o centro do processo. No capítulo anterior referi a necessidade de “ser promovido o conforto e a segurança” e foi durante o diagnóstico que tive de garantir aos refugiados estes sentimentos, para que os mesmos também se pudessem abrir mais e expor os seus principais problemas, sendo por vezes muito complicado garantir para todos o mesmo sentimento.

Após o diagnóstico e com base na informação recolhida é desenvolvido um plano de ação, ou seja, os técnicos analisam todos os dados que possuem para idealizar um plano que vá ao encontro das necessidades e expectativas dos requerentes assim, têm atenção de recolher e considerar pormenores como a zona de residência mais indicada ao perfil do requerente, a sua experiência profissional e objetivos de vida. Enquanto os requerentes se encontram no centro, o objetivo é que o indivíduo se torne independente economicamente e esteja integrado na sociedade

Através da análise de dados foi possível fazer um levantamento de necessidades do requerente, anteriormente foi apresentado a necessidade das instituições, como esta onde realizei o estágio, de “providenciar algumas condições para que pudessem garantir da melhor forma a recolocação das diversas comunidades”, mas também foi possível criar um plano de ação que fosse concretizável com intenção de a ir ao encontro do que é esperado pelo mesmo. A perseverança foi uma competência adquirida, visto que não desisti ao primeiro obstáculo, tentando sempre arranjar uma solução para o problema. Sinto que esta competência não foi só desenvolvida anteriormente à minha entrada no estágio, mas também, através da convivência com os requerentes e dos desafios que me foram propostos que esta foi notoriamente desenvolvida . Observei, e posso dizer que vivi um pouco do que eles estavam a passar, e ao ver estes guerreiros que tiveram de abandonar as suas vidas para sobreviver, num país desconhecido, onde a língua não é das mais fáceis, encheu-me de força para tentar potenciar aos mesmos um processo calmo e pacífico, atendendo sempre as suas necessidades.

A procura de habitação é uma responsabilidade do departamento social. Neste campo a minha função foi a procura de casas e a marcação de visitas para ver os imóveis.

Selecionar informação foi a base da minha aprendizagem, sendo o mundo imobiliário grande foi necessário fazer uma seleção das casas que iam de encontro aquilo que precisávamos ou que o requerente queria. Ouvir um não foi algo que tive de aprender a lidar, foram muitas as respostas negativas que recebi e não deixar que estas respostas negativas afetasse o meu trabalho foi algo que tive de ultrapassar assim como o preconceito que existe em relação aos refugiados. “mesmos direitos e a mesma assistência básica recebida por qualquer outro estrangeiro que resida regularmente no país de acolhida” (ACNUR, 2018, p.7), ou seja, o refugiado não deve ser marginalizado pelo seu país de nascença, por essa razão é que várias vezes me desmotivou, quando dos diversos contactos que estabeleci negaram, logo à partida, qualquer tipo de acordo, por saberem que se tratava de uma tentativa de acolhimento de refugiados.

O conceito de inclusão está inteiramente relacionado com instituições públicas e a fatores sociais, económicos e culturais, Therborn (2013) introduz 3 tipos de desigualdades sendo estas Desigualdades Vitais que se caracterizam por oportunidades desiguais na vida causadas por fatores sociais, económicos e culturais; Desigualdades de Recursos que se caracterizam pelos recursos materiais e humanos como rendimento e qualificações e por fim Desigualdades Existenciais que se manifestam sob a forma de opressão e de restrições à liberdade, de discriminação, e de estigmatização. Estas três tipologias estão interligadas sendo que uma afeta as outras e é imperativo que um indivíduo que sofra de desigualdades relativas aos recursos vai necessariamente sofrer por desigualdades vitais e consecutivamente existenciais. Aplicado à realidade este é um exemplo onde se verifica uma barreira criada pelos proprietários relativamente aos refugiados devido à sua etnia o que faz com que as pessoas sejam postas à margem da sociedade e que não tenham as condições necessárias para começarem a fazer parte da mesma. Therborn (2006, citado em Carmo, 2021, p.2) atribui ao conceito de desigualdades a definição de “diferenças que consideramos injustas”.

Assim assumimos que a desigualdade é tudo aquilo que em comparação ao meu igual, neste caso a comparação entre um cidadão natural do país onde reside e um cidadão não natural do país, é diferente e injusto. Estas são um processo multidimensional, cuja análise e compreensão vai além da dimensão económica (rendimentos e propriedades), abrangendo também desigualdades ao nível cultural (qualificações e práticas culturais) e social (redes e vínculos) Estas desigualdades podem ser, e são frequentemente intensificadas e reproduzidas, Costa (1998, citado em Carmo, 2021, p. 4) diz-nos isso mesmo “as desigualdades são intensificadas e reproduzidas” e completa ainda que o que causa esta intensificação são as categorias sociais, entendidas pelo autor como “padrões culturais socialmente partilhados” que permitem “perceber o mundo, particularmente o mundo social”. Estas, através dos processos de exploração, exclusão, distanciamento e hierarquização, promovem o estigma e afetam a autonomia, o reconhecimento e o respeito pelo/a outro/a, o que pude observar e comprovar através desta tarefa.

Outra dificuldade sentida passou pelo elevado valor das rendas, com as quais os requerentes não se conseguem comprometer e suportar, por último senti ainda que existe uma elevada procura no mercado imobiliário e os proprietários acabam por não dar resposta ao pedido de informações e de visita. A nível pessoal a dificuldade sentida passou pelo controle de emoções uma vez que senti uma pela revolta muito grande quando me deparava com situações de preconceito para com o requerente, senti que assim que contactava os proprietários e apresentava o projeto para qual estava a trabalhar estas não me davam espaço para que a

conversa desenvolve-se devido ao preconceito que existe em relação aos refugiados. Com a chegada dos refugiados ucranianos a situação mudou um pouco, mas não foi para melhor, esta nova vaga de refugiados suscitou uma onda de solidariedade, no entanto os proprietários só estavam dispostos a aceitar refugiados provenientes da Ucrânia dificultando assim a tarefa de arranjar casa para os requerentes que já estavam a mais tempo nos país onde processo estava parado devido a falta de flexibilidade dos proprietários. Ainda no campo da habitação, quando é encontrada uma habitação para os requerentes, o centro responsabiliza-se pela mobilização e durante um ano está responsável por pagar as despesas essenciais como renda, luz, água e gás.

O centro ainda comparticipa com cento e cinquenta euros para a compra da televisão. Eu mudei algumas famílias para sua nova habitação, mas antes de as famílias saírem do centro é avisado a família que iram sair do centro, criado uma folha com os contactos e moradas importantes (os serviços sociais , hipermercados , centro de saúde ([Anexo 1](#)) também é feita uma sessão com as famílias onde é falado sobre os primeiros socorros e cuidados a ter dentro de casa. são realizadas sessões com requerentes com objetivo de incluir os requerentes na sociedade pois pouco sabem sobre como funciona o país. As sessões que são realizadas servem para falar sobre o programa de reinstalação, as regras para que haja harmonia e um ambiente de bem estar no centro, preencher formulários para pedirmos os números da segurança social, número de contribuinte e apoios monetários.

Estive presente nas várias sessões que foram feitas e nas diferentes sessões tive um papel diferente, numa das sessões foi tradutora pois um dos indivíduos só falava crioulo, outras vezes auxiliei os doutores na passagem de informação, tirei fotocópias aos documentos que eles recebiam, preenchi formulários para podermos pedir os números de identificação da Segurança social e o Número de Identificação Fiscal. As minhas aprendizagens caracterizam-se pelo desenvolvimento da autonomia, onde tive de aprender a preencher documentação legal sem o apoio constante da minha orientadora, visto que, nunca tinha preenchido estes formulários e nem sabia qual era o processo para pedir os números. A minha dificuldade foi perceber e conseguir preenchê-los da forma correta ao que levou a um processo de tentativa-erro resultando na necessidade de reatualização da documentação, desenvolvimento conhecimentos através da experiência que fui adquirindo através dos diversos documentos preenchidos.

Outro campo que o departamento social está responsável é a escola , fazer matrículas, estar a par da situação escolar das crianças, ajudar em todas burocracias em relação à escola (encomendar os livros , preencher papéis em relação aos filhos, justificar as faltas). Neste campo as minhas tarefas foram justificar as faltas , encomendar os livros, preencher cadernetas

escolares, organizei também uma sessão de parentalidade onde o objetivo era fazer entender os pais a importância da escola e quais são as consequências se faltassem a escola ([Anexo 2](#)). Nesta sessão de parentalidade a grande dificuldade foi fazer entender aos Encarregados de Educação que a escola é importante e que é necessário que os seus filhos participei de forma regular nas aulas, consegui entender também que em alguns casos a falta de interesse na escola tinha muito a ver com o curso que estavam inseridos, ou seja, como era um curso que eles não tinham interesse não se sentiam motivados em frequentar a escola.

O trabalho feito dentro do centro com refugiados é uma preparação para o mundo lá fora são feitas sessões sobre os vários temas onde o departamento de integração é responsável pelas sessões de emprego, ou seja, é ensinado quais são as plataformas que devem usar para procurar trabalho, como se deslocar para o local das entrevistas, como abrir atividade nas finanças assim cumprindo um dos pontos do plano de reinstalação que é “procura de emprego (pesquisa de ofertas, elaboração de C.V e cartas de apresentação, preparação para entrevistas, sensibilização junto dos empregadores, etc.)” (Relatório de atividades do CPR, 2018).

Depois de o programa terminar o acompanhamento não acaba o CAR II têm um Whatsapp onde requerentes que já acabaram o programa falam com os técnicos sempre que precisarem de ajuda com algum assunto, mas este atendimento digital não se destina apenas aos requerentes fora do programa, os requerentes que ainda estão dentro do programa, mas que já estão nas suas habitações também, podem contactar os técnicos. Eu estive responsável pelo Whatsapp durante estes 6 meses, respondia as mensagens, passei as informações quando era necessário a restante equipa. Houve muitas vezes que não sabia o que responder porque eram requerentes que já tinham saído do programa e que estavam por dentro do processo e era necessário pedir ajuda ou passar o mesmo assunto para os técnicos. Com o tempo consegui ganhar métodos de resposta e resolver alguns dos assuntos. Canário (2006) diz que nós aprendemos através da experiência e neste caso foi o que aconteceu com as várias situações que foi exposta aprendi a resolvê-las e arranjar uma solução.

Durante o decorrer do programa de reinstalação existem também atendimentos presenciais, cada doutor tem um dia da semana e uma hora que está destinada a ouvir os requerentes. Nestes atendimentos normalmente os requerentes falam sobre os problemas que estão no centro, dúvidas que tenham sobre a vida em Portugal ou muitas vezes apenas para desabafarem. Nos atendimentos o meu papel não era muito diferente dos técnicos, ouvia os requerentes havia vezes que a minha orientadora de estágio me encarregava de tarefas ou resolução de assuntos. Muitas vezes nestes atendimentos é feita mediação entre os requerentes, pois neste preciso momento existem quatro tipos de nacionalidades diferentes, com maneiras

diferentes de viver a vida pensar entre outros. A mediação promove espaços de interação e proporciona novas formas de socializar “propondo modelos de (re)configuração de laços sociais” (Costa, 2020, p.16), a “compreensão, prevenção, gestão e transformação cooperativa de conflitos” (Silva et al., 2020, p.8), para que possamos ter uma sociedade que respeita o outro. No decorrer do meu estágio foram alguns momentos que tive de adotar o papel de mediadora, sendo um centro de refugiados existem culturas diferentes, maneiras diferentes de viver e de estar que levaram ao conflito. O meu papel nestes casos era apaziguar a situação e tentar resolver o conflito. A minha aprendizagem passou muito por perceber qual a mediação deveria ser feita, ou seja, analisar a situação e perceber qual era o método acertado a utilizar porque as situações não eram todas iguais. As minhas dificuldades foi tentar ser uma pessoa neutra nos momentos certos por ter criado uma relação de afeto com alguns requerentes tornar-me imparcial foi difícil quando faziam parte do conflito, o mediador deve ser “terceiro imparcial, independente e autônomo, o mediador não tem interesse na disputa e não decide nada, tampouco manifesta sua opinião sobre os fatos narrados confidencialmente pelas partes.” (Dalla & Mazzola, 2019, 9.779). Outro campo em que me senti grandes dificuldades foi adotar as práticas das diferentes mediações, ou seja, durante a resolução de conflitos foram várias as vezes que eu juntei as características das três mediações (comunitária, intercultural e sociocultural) o que levou com que fosse difícil levar a bom porto a conversa.

Após o final do programa o “caso” é passado para a segurança social é feita uma reunião com o requerente onde é passado o testemunho e tendo em conta a situação e a vida do requerente é criado um plano de ação para que os pontos que o requerente ainda não estão bem desenvolvidos. O CPR não deixa nunca de acompanhar os requerentes apesar de agora serem responsabilidade da segurança social.

Fazendo um apanhado global das aprendizagens, aprendi que devemos ser muito pacientes, que neste trabalho é preciso saber o que vem de trás para podermos entender certas atitudes que os requerentes têm são consequências da sua experiência de vida. Canário (2006) diz que as experiências não podem ser vistas de forma isolada, mas sim como um todo, pois existe uma ligação entre as experiências passadas e as presentes que irá permitir ao sujeito uma preparação para receber as experiências futuras, podendo estas substituir as anteriores caso seja necessário fazendo alguns dos diagnósticos pude justificar muitas atitudes que os requerentes tinham. Estando tão dentro da situação de cada requerente, começaram a ver com uma técnica, a uma pessoa que podia recorrer quando tinham algumas dúvidas, ou se precisarem de ajuda em algum assunto.

2.2. Atividades com as crianças

Durante o estágio tive oportunidade de dinamizar atividades com as crianças. O objetivo das atividades era integrar, incluir as crianças no que era a dinâmica escolar de Portugal, mas também dinamizar momentos descontraídos onde as crianças se pudessem divertir e criar memórias.

A educação não formal é caracterizada como uma atividade educacional e flexível, não está organizada por idades nem por conhecimentos. Aprendemos através da socialização que é feita na rua, nos bairros, com amigos, em igrejas que são “sempre carregadas de valores e culturas próprias de pertencimento e sentimento herdados” (Gohn, 2014, p.40), existindo uma intenção dos indivíduos aprenderem de forma individual ou coletiva. Este tipo de educação é baseada “em metodologias participativas, dialógicas e operativas, flexíveis e abertas” (Antunes, Fernandes, 2023, p.5).

A educação e animação sociocultural ajudam na aquisição de valores de socialização e liberdade, por parte dos alunos. Se ensinarmos através dos jogos, os alunos terão muito mais interesse em aprender e vão se sentir integrados no seu processo de aprendizagem, não esquecendo que através de atividades as crianças trabalham a sua criatividade. As atividades que foram dinamizadas tinham como objetivo desenvolver competências sociais e afetivas cognitivas e físicas. O conceito brincar esteve muito presente nas minhas atividades, brincar é um fator importante para o desenvolvimento do ser humano porque a ação está associada ao contexto lúdico e educativo, desenvolvendo as competências físico-motoras, sociais e culturais fazendo assim a ponte com o desenvolvimento da socialização, expressão e construção do conhecimento. (Trindade et al., 2018)

A primeira dinâmica que realizei foi na época das férias de natal, criei um plano de atividades ([Anexo 3](#)) que iriam acontecer nas férias de natal. Organizei atividades para as duas semanas das férias das crianças ([Anexo 4](#)). Devido ao covid a segunda semana das atividades não se podia realizar porque o país entrou em confinamento. As atividades tiveram como tema o Natal, as atividades escolhidas tendo em conta a observação não participativa que tive quando a Loures + Inclusiva quando iam ao centro dinamizar atividades com as crianças. Sendo professora do 1º ciclo já tinha algumas atividades programadas, mas não de encontro às necessidades e gostos das crianças. Adaptar a atividade para que as crianças percebessem o objetivo sendo que a comunicação é uma barreira, adaptar ao meu e as crianças foi uma

aprendizagem que não só aconteceu nesta atividade como nas restantes. A animação sociocultural torna-se importante para possibilitar a socialização, mas também para o bem estar físico e mental assim como lazer. (Trindade, Conde & Pocinho, 2017) A liderança também foi uma competência que tive de aprender, como referi a comunicação era uma barreira e ter de dar ordens com gestos e liderar a atividade sem nunca perder a paciência e a calma.

A primeira atividade que tivemos foi realizar uma árvore de Natal reciclável, pintamos os rolos de cozinha com tinta. O desenho permite que a criança consiga processar as informações assim como as experiências que está a viver, ilustrando assim o que estão a sentir e como veem o mundo. (Menezes et al., 2008). A animação sociocultural está inserida na educação não formal tornando-se um fator importante para que exista uma integração social por parte das crianças. Sendo uma educação que tem como principal objetivo a socialização, as atividades proporcionadas aos alunos devem ajudar com que as crianças desenvolvam o espírito de iniciativa, integração, autonomia e poder de decisão sempre num meio sociocultural (Trindade, et al., 2017). Foi uma atividade que possibilitou juntar crianças das várias faixas etárias foi um momento muito importante pois apesar de viver todas no mesmo sítio a convivência é quase inexistente. Durante a atividade o espírito foi de entreatajuda, apesar de haver uma barreira na comunicação através do google tradutor e dos gestos conseguimos entender e trabalhar em conjunto. Realizei ao longo desta atividade competências de teor pessoal tendo desenvolvido a comunicação, visto que tive de adaptar a cultura e a língua diferentes. Sendo necessário da minha parte um processo de adequação da informação.

A segunda atividade foi fazer bolachas, nesta segunda atividade tive algum receio que os participantes fossem apenas as meninas, pois na cultura árabe cozinhar ou qualquer outra tarefa doméstica é para as mulheres, mas uma vez foi surpreendida todas as crianças estavam presentes e com a motivação. Nesta atividade contaram com a presença das mães das crianças e foram uma grande ajuda em controlar o comportamento e a massa das bolachas.

A liderança foi a principal competência desenvolvida durante todo o processo desta atividade, visto que foi necessário adotar uma postura mais direta, mas simultaneamente direcionada aos objetivos da atividade. Fazer bolachas foi também uma aprendizagem, pois cozinhar não é umas minhas especialidades por isso foi necessário fazer uma pequena pesquisa. As atividades realizadas pelo animador a socio-cultural devem ser direcionadas ao grupo, promovendo também o respeito pela diversidade social e cultural com objetivo de acabar com a marginalização social e o abandono escolar. Nesta tarefa tive alguma dificuldade em conseguir acompanhar todas as crianças, pois cada três crianças tinha uma taça onde estava a fazer a massa das bolachas.

No final do ano de 2021, o centro recebeu um grupo de afegão e no início do ano de 2022 foi me pedido que dinamizasse algumas atividades para as crianças enquanto não fossem para escola. Ainda não tinha havido interação com estas, ao contrário do primeiro grupo com que trabalhei com quem já tinha falado e observado. Para uma primeira atividade estivemos a pintar com tintas é uma atividade que resulta sempre. Desenhar, pintar é uma forma de comunicação, e pode ser visto como um campo de intervenção e de pesquisa em vários contextos. (Menezes et al., 2008). Durante a atividade as crianças ainda estavam muito envergonhadas e pouco falavam, mas estavam interessadas e muito concentradas na realização das tarefas. As aprendizagens adquiridas na presente atividade foram a, em primeiro lugar motivação, onde tive de potenciar nas crianças capacidades de socialização, para interagirem comigo, melhorando e desenvolvendo a confiança. Fui então um agente importante no desenvolvimento sociocultural no grupo e na comunidade, através da interação, estimulando as crianças e o grupo a participarem promovendo a união e a interação.

Estas crianças tinham acabado de sair de um ambiente de guerra e como forma de eu perceber como se sentiam, realizar uma atividade que consistia em desenhar as emoções que estavam a sentir naquele momento, mas não houve uma criança que desenhasse uma cara triste, “A criança mais velha, foi muito perfeccionista a desenhar a cara” ([Anexo 7](#), Nota de Campo, 25 de Janeiro 2022). Durante a atividade as crianças começaram-se a abrir-se um pouco, existiu uma vergonha inicial, mas que foi diminuindo. Foi possível observar nas crianças uma mudança de comportamento, começando, já para o fim das atividades, uma iniciativa para comunicar comigo. Mais uma vez a aprendizagem realizada foi de adaptação da minha linguagem às crianças, conseguindo transmitir o objetivo da atividade. No terceiro dia da atividade não tive tantos participantes. Neste foi feita uma corrida de estafetas que contou com apenas dois participantes. Por esse motivo acabamos a atividade na sala a fazer desenhos. A motivação foi a base da minha aprendizagem, visto que tive de me motivar e motivar as duas crianças.

A pedido da diretora do centro, outra atividade que realizei foi a de recriar o logotipo do CPR para a capa do relatório de atividades de 2022. Durante a atividade as crianças empenharam-se na tarefa e estavam muito divertidas na criação do logo, ([Anexo 7](#), notas de campo, 28 de Janeiro de 2022). Ao longo das atividades apercebi-me que as crianças tinham um gosto por artes plásticas, tentando após esta observação ir de encontro a estes gostos. As minhas aprendizagens foram observacionais, aprendendo a prestar mais atenção às respostas verbais e não verbais das crianças no decorrer da atividade, tentando potenciar a sua

criatividade, mas também foi necessário, ao mesmo tempo, adquirir competências de liderança, visto que me tinha sido inculcado, pela diretora do centro, recriar um logotipo.

No último dia de atividades fizemos um concurso de aviões, sendo a atividade que tive mais interação com as crianças. Começamos por fazer os aviões, decorar e em seguida lançá-los. “As crianças mais velhas perceberam o que estava a acontecer e juntaram-se à atividade. Foi um momento muito divertido” ([Anexo 7](#) notas de campo, 31 de Janeiro, 2022). Durante o tempo que estivemos lá fora o ambiente entre participantes foi de *entrajuda*, os mais velhos a ajudarem os mais novos a lançarem e aperfeiçoarem os seus aviões. As minhas aprendizagens ligaram-se à necessidade de muito adaptar o meu discurso com as crianças pois nesta atividade não tinha apenas uma faixa etária, mas duas com uma diferença considerável.

Devido a restrições implementadas devido ao Covid-19, foi necessário ausentar-me durante alguns dias, mas no regresso comecei logo a realizar uma atividade com as crianças para a Páscoa. A primeira foi uma caça ao tesouro. As crianças estavam muito contentes, entusiasmadas e divertidas, durante a procura dos chocolates. Com a educação não formal aprendemos através da socialização que é feita na rua, nos bairros, com amigos, em igrejas que são “sempre carregadas de valores e culturas próprias de pertencimento e sentimento herdados” (Gohn, 2014, p.40). Existe uma intenção dos indivíduos aprenderem e poderem fazê-lo de forma individual ou coletiva. Durante a atividade existiram alguns atritos entre as crianças mais velhas e mais novas, mas sempre que isso acontecia as crianças mais velhas ou davam os seus chocolates ou diziam onde estavam os chocolates. Este trabalho em equipa e *entrajuda* fez com que as crianças desenvolvessem competências sociais. As minhas aprendizagens nesta atividade foram desenvolvidas através da mediação desta ação, principalmente por ter sido uma atividade onde vários atritos se sucederam entre as crianças. Necessitei, portanto, de exercer um papel de mediador para a resolução de conflitos, pois os mediadores devem ser promotores de novas tramas sociais e relacionais ao facilitarem” (Albuquerque, 2015, p.145) a paz entre as duas partes.

A segunda e última atividade foi a decoração de ovos da Páscoa, como tinha dito anteriormente, as artes plásticas interessavam e cativavam as crianças. Estas foram muito perfeccionistas, querendo que o ovo ficasse perfeito, empenharam-se na atividade sempre bem dispostas. (Notas de campo, 13 de abril). Mais uma vez aprendizagem baseou-se na comunicação com as crianças, pois nestas últimas atividades realizadas existiam dois idiomas diferentes, as crianças falam muito pouco o português, por isso tive que adaptar a minha linguagem através de gestos e de algumas palavras que tinha aprendido em árabe e persa.

O objetivo das atividades dinamizadas era ensinar as crianças a desenvolverem-se, a comunicarem e a se relacionarem com o outro de forma que possam expressar a sua criatividade. A ideia utilizada para a realização das presentes atividades foi da animação sociocultural e educação não formal. A animação sociocultural está inserida na educação não formal torna-se um fator importante para que exista uma integração social por parte das crianças. Sendo uma educação que tem como principal objetivo a socialização, as atividades proporcionadas aos alunos devem ajudar com que as crianças desenvolvam o espírito de iniciativa, integração, autonomia e poder de decisão sempre num meio sociocultural (Trindade et al., 2017).

A única dificuldade sentida na dinamização destas atividades foi a de comunicação com as crianças, as últimas atividades realizadas existiam dois idiomas diferentes, as crianças falam muito pouco o português por isso explicar a atividade tinha muito de ser por gestos ou utilizar o google tradutor.

2.3. Atividades Esporádicas

Durante o meu estágio realizei outras tarefas mais esporádicas, que me eram dadas pelos departamentos. Estas atividades foram uma ajuda para conhecer melhor os requerentes, criar uma ligação com eles, perceber como os outros departamentos funcionam e quais as atividades que estavam presentes num dia de trabalho.

Durante as diversas atividades esporádicas fiquei encarregue pela correspondência que chegava à instituição, ou seja, distribuía o correio dos requerentes, enviava as cartas para os mesmos que já não viviam no centro, e também avisava, através do whatsapp, que tinham cartas no centro e assim que possível viesse buscá-las. Nesta atividade aprendi a ser uma pessoa organizada pois muitas cartas que chegavam eram de portagens ou marcação de consultas, tendo de ser entregues, por correio ou pessoalmente. Considero como minha maior dificuldade diferenciar as diferentes cartas visto que o nome dos requerentes eram, muitas vezes, igual, diferenciando-se unicamente pelo apelido ou pelo segundo nome, exigindo da minha parte, uma maior concentração durante o processo, visto que qualquer engano podia prejudicar várias pessoas.

Estive também na receção do centro, realizando funções que passavam por atender chamadas e direcioná-las para os técnicos, chamar táxis, marcar atendimentos com os técnicos. Estar na receção foi um aspeto muito positivo porque como foi referido foi uma oportunidade de interação com os requerentes, falar com eles e criar uma ligação. As minhas aprendizagens

foram de desenvolvimento comunicacional, como referi ao longo do relatório, os requerentes falam muito pouco português, por isso tive de aprender a comunicar por gestos e algumas palavras que me tinham ensinado em árabe, ou turco. O mediador sócio-cultural deve facilitar a comunicação “entre profissionais e utentes de origem cultural diferente” (Lei nº105/2001, 2001), colocando-se numa postura de entreajuda, sendo a ponte que liga duas fações.

Com as crises humanitárias (Ucrânia e Afeganistão) que tivemos, este ano foi criada uma dinâmica pela Junta Freguesia de Arroios e pelo CPR. Com isto e em abril os requerentes que chegavam do Afeganistão e da Ucrânia organizaram um workshop de culinária que contou com o Presidente da República. O contributo que tive no decorrer desta ação foi nos workshops através da tradução das ementas e nas receitas. As aprendizagens consistiram na aprendizagem de algumas palavras em ucraniano assim como em persa com a tradução do menu. A dificuldade que senti ao longo desta atividade foi principalmente a de gestão e marcação das horas certas com os requerentes, como forma de poder retirar as minhas dúvidas em relação a certas refeições que não conseguia traduzir .

A RTP tem um programa “Começar de Novo” onde são relatadas as histórias de refugiados e migrantes que são obrigados a iniciar uma nova vida noutro país. São relatados momentos de guerra, fome, perigo, violência dor e morte. A segunda temporada vai contar com histórias dos afegãos que chegaram em dezembro de 2021, estive presente nas gravações como intérprete e também como apoio e segurança aos requerentes. Evitar a demonstração de emoções durante este processo tornou-se numa aprendizagem, visto que considero necessário, principalmente em situações de pressão, garantirmos a calma e agir de forma pensada, por vezes evitando mostrar emoções. As gravações funcionaram de forma idêntica ao diagnóstico, onde também necessitei de controlar as minhas emoções e crenças. A dificuldade que senti durante esta atividade foi centrada na tradução dos guiões, visto que o meu inglês não é o melhor existindo certas palavras que foi difícil traduzir.

A Loures + Inclusiva é um projeto financiado pela Câmara Municipal de Loures , este projeto tem como objetivo promover a inclusão social da população. Foram dinamizadas algumas atividades com os requerentes no centro e com as crianças. As atividades que foram realizadas para os adultos foram baseadas na parentalidade. Uma das sessões, que se tornou recorrente, abordava-se os direitos humanos, mas com o tempo tornou-se um espaço onde as requerentes poderiam colocar qualquer questão de um modo mais confidencial. Acompanhei algumas das sessões feitas no centro com objetivo de entender o que estas mulheres passaram no país de origem e continuam a passar. Estes testemunhos ajudaram no trabalho que faço com as requerentes com o departamento social , porque é um trabalho muito social e humano e para

que o trabalho seja feito em condições é necessário conhecer as pessoas assim como a sua história de vida.

A animação sociocultural tem como principal objetivo a socialização, com isto, as atividades proporcionadas aos alunos devem ajudar esta faixa etária a desenvolver o espírito de iniciativa, integração, autonomia e poder de decisão sempre num meio sociocultural (Trindade et al., 2017). Com esta observação não participativa consegui reunir informações que foram a base das atividades realizadas por mim, mas também aprendi a lidar com as crianças quando estão a fazer birras. Em relação às sessões com as mulheres, consegui perceber qual era a situação antes de virem para Portugal, e ainda quais eram as privações que passavam por serem mulheres. Muitas das atividades aconteciam em espaços comuns e muitas vezes os requerentes vinham ter comigo para perguntar alguma coisa ou tirar dúvidas, o que nem sempre foi fácil, não só para eles que se sentiam desamparados e confusos, mas também para mim, que apesar de querer ajudar, não conseguia, derivado da imensa afluência de problemas, questões e dilemas que cada membro, família ou grupo apresentava

A situação que o país estava a viver devido ao covid e às normas que estavam em constante alteração, foi necessário criar cartazes de informação para os requerentes tivessem sempre a par das novas normas. ([Anexo 5](#)). Houve outras situações onde foi preciso fazer cartazes como por exemplo escrever as regras do centro para pudessem ser afixadas pelo centro. ([Anexo 6](#)). A criação dos cartazes permitiu-me adquirir competências, numa primeira fase de seleção de informação, escolhendo a que era mais relevante para colocar no cartaz. Em seguida, adquiri conhecimentos de organização dessa informação pré selecionada, de que forma a colocava no cartaz, uma competência que adquiri também através da disciplina de Tecnologias da Educação no decorrer da Licenciatura. Por fim, necessitei também de ter um conhecimento prévio das regras do Centro, visto que estas eram um dos temas previstos no cartaz. A dificuldade sentida em relação à realização dos cartazes foi a apropriação do mesmo em diversas línguas, o que nem sempre é fácil, visto que se trata de uma tarefa que necessita de complementar a informação com estética, nem em todas as línguas a informação ficava disposta da mesma forma, sendo necessário alterar algumas coisas de cartaz para cartaz.

Durante uma semana estive a trabalhar na sede do Conselho português para os Refugiados, durante a mesma o meu trabalho resumiu-se em atender telefones, passar chamadas, anotar recados e tratar da correspondência que chegava, nesta semana consegui perceber como a parte mais administrativa funcionava a contabilidade o departamento jurídico, como são tomadas todas as decisões em relação a certos assuntos.

Por último, em relação às habitações, existiram momentos em que foi necessário limpar casas e mobilá-las, este trabalho foi feito com os técnicos. Com esta tarefa, consegui estar por dentro de todo o processo de reinstalação e de cada etapa de mudar uma família para a sua nova casa. As minhas aprendizagens passaram muito pela decoração de casas, por apurar a adequação da casa tendo em conta as necessidades dos requerentes, e ainda se continha os aspetos pedidos pelos mesmos. A dificuldade sentida foi dar a conhecer aos requerentes que as casas podiam realmente satisfazer as suas necessidades, visto que muitas vezes, talvez por medo ou inseguranças as famílias de refugiados recusaram certas habitações, por motivos às vezes mínimos, o que dificultava ainda mais o nosso trabalho. Tal como apresentado anteriormente, não existiam muitos senhorios que estavam dispostos a permitir a estadia de refugiados.

Considerações finais

“Leave it better than how you found it.”

Baden Powell

A realização do estágio curricular no Conselho Português para os Refugiados interligou-se bastante com a citação de Powell. Sendo um trabalho muito humano, não poderia ter outro objetivo que não o de tentar fazer a diferença na vida destes requerentes que passaram por diversas adversidades. Quando decidi concorrer para o mestrado sabia que passaria por algumas dificuldades. Tendo em conta a minha condição, que me caracteriza como disléxica, realizar um relatório como trabalho final, iria dificultar bastante todo o processo de escrita, sendo talvez esta a maior dificuldade que senti ao longo de todo o desenvolvimento do relatório. Mas mais uma vez me inspiro uma frase de Baden Powell, “ Retirar a sílaba IM da palavra impossível, toda a gente consegue avançar”, e foi com esse pensamento que não permiti que as minhas dificuldades fossem um entrave para o meu progresso académico. Estes dois anos de mestrado resultaram na consolidação de competências adquiridas, durante a licenciatura, mas também na aquisição de novas competências através do estágio curricular e da escrita do presente relatório.

Uma ideologia que nos é ensinada na Licenciatura em Educação e Formação é que aprendemos fazendo. Canário (2006) afirma que a aprendizagem ocorre através da experiência e a experiência deve ser vista como um recurso de aquisição de conhecimentos. Na minha licenciatura não tive oportunidade de trabalhar com instituições e perceber como funcionava o mundo do trabalho dentro da minha área. Realizar um estágio seria uma boa oportunidade para ganhar experiência profissional sendo, atualmente, um fator importante ou até mesmo eliminatório para a empregabilidade. Transpor os conhecimentos teóricos aprendidos na licenciatura e no mestrado para a prática é um passo muito importante e necessário. Com o estágio curricular tive oportunidade de consolidar alguns conhecimentos adquiridos durante o meu percurso académico e ganhar novos conhecimentos através do trabalho em campo e dos profissionais com quem trabalhei. A aprendizagem que adveio da realização do estágio foi adquirida através da educação informal pois o espaço e o tempo são muito importantes no contexto da aprendizagem. A nível de tempo de aprendizagem podemos caracterizá-lo flexível, tendo sempre presente as diferenças e as capacidades de cada indivíduo (Gadotti, 2005). A minha orientadora de estágio esteve sempre presente nas minhas dificuldades e inseguranças,

mas também na realização de algumas tarefas. Foi-me dada sempre liberdade para dar a minha opinião, tomar decisões em relação a alguns assuntos e estar responsável por algumas atividades que aconteciam no centro.

O meu estágio curricular no Conselho Português para os Refugiados resultou numa experiência positiva. Foi um espaço onde pude aprender, não só sobre o tema refugiados, assim como técnicas de trabalho que farão de certeza parte da minha vida profissional. A integração na equipa foi um processo que correu de forma natural, tendo sido, desde o início, considerada um elemento da equipa e tratada como tal. O meu papel na organização foi ativo, estando por dentro dos vários assuntos e acontecimentos e presente no dia a dia da instituição, tornando-se um fator crucial na integração da equipa, que possibilitou o entendimento da dinâmica de trabalho da equipa. A aprendizagem que é realizada através da experiência pode ser promovida em formações sobre os direitos humanos, cidadania, luta contra as desigualdades e exclusões sociais. Atua no indivíduo como cidadão, conjuga os “saberes, produzindo o compartilhamento de experiências, produz conhecimento pela reflexão” (Gohn, 2014, p.47). Gohn (2014) com esta afirmação caracteriza muito bem o meu estágio curricular. O CPR trabalha temas como a cidadania, os direitos humanos e a luta contra as desigualdades, sendo estes a base do trabalho da instituição. A minha orientadora de estágio e a restante equipa deu espaço para aprender, para cometer erros, desenvolver a autonomia através da tomada de algumas decisões, mas também a liderar algumas das atividades que aconteciam no centro. Como referi anteriormente ainda não tinha tido oportunidade de ingressar no mundo do trabalho pelo menos de uma forma “segura” através de um estágio curricular. Sendo, logo à partida, a e um aspeto positivo a sua realização, pois pude aprender e desenvolver competências de trabalho, sempre acompanhada, onde pude aprender através da experiência de profissionais que já fazem parte do mundo do trabalho há algum tempo. A responsabilidade e autonomia foram duas competências que eu já tinha adquiridas, mas com o estágio consegui desenvolvê-las a nível profissional.

É importante realçar o facto de a equipa do CAR II trabalhar dependentemente, significando que, se alguém não cumpre os seus objetivos pessoais, então a equipa não consegue atingir os seus objetivos empresariais, contudo conseguiram agrupar-me nas tarefas evitando que as minhas inseguranças, falta de experiência e nervosismo atrapalha-se a concretização das minhas tarefas. A dinamização das atividades com as crianças foi uma experiência gratificante, o meu gosto por crianças sempre existiu e poder conciliá-lo com o meu estágio foi enriquecedor. A relação criada com as crianças foi algo que aconteceu naturalmente. A paciência foi uma competência que tive de adquirir ao longo das sessões com as crianças, levando a que tivesse de usar diversas vezes processos de mediação, sendo neste caso essencial

para poder gerir a comunicação, prevenir o conflito, desenvolver uma maior coesão social e convivência (Freire & Caetano, 2014).

As dificuldades sentidas durante o decorrer do estágio passaram pelo facto de o realizar simultaneamente com o meu emprego impossibilitado, às vezes, a presença em alguns dos eventos que aconteciam durante a tarde tendo apenas as manhãs para realizar as tarefas. O programa de integração é um programa que coloca o indivíduo no centro, o programa só consegue chegar a bom porto se houver colaboração entre o requerente e a instituição, é um caminho em que o requerente tem de estar disposto a fazê-lo. Apesar de nós acharmos que muitas vezes o caminho que querem seguir não é o mais correto, temos de concordar e aceitar as suas escolhas. Esta foi uma das minhas dificuldades, aceitar certas escolhas que a meu ver não eram as mais acertadas. Como referi anteriormente, exercer mediação foi, em diversos contextos, difícil de alcançar, tendo várias culturas diferentes no centro a mediação utilizada era a sociocultural, onde o mediador deve promover o diálogo intercultural, incentivando o respeito, o conhecimento das diversas culturas existentes assim como a inclusão social dos mesmos (Oliveira & Galego, 2005). Potenciar a comunicação e tentar resolver os seus problemas foi complicado, visto que os requerentes acham que têm sempre razão de forma que fazê-los a conseguir que ouçam e compreendam o outro é um grande desafio onde é necessário apelar à empatia.

A falta de compaixão pela sociedade foi algo que tive de lidar, antes de este estágio, assim como para alguns refugiados e migrantes, significavam o mesmo, só mas através da pesquisa e de leitura de autores, que se focam nesses dois conceitos é que percebi a condição de cada um, caracterizando-as como bastante díspares, sendo o motivo da saída do país que distingue e se perceber que a situação de um refugiado e as suas condições de vida são muito perigosas, sendo obrigados a fugir do seu país e procurar segurança (ACNUR, 2016), já no caso do migrante, sai do país é um processo voluntário, a procura de oportunidades económicas. Hoje em dia existe um preconceito muito grande da sociedade em relação aos refugiados da Síria e do Afeganistão, como foi abordado anteriormente dificultou o plano de integração dos mesmos. Em relação à sociedade houve uma grande abertura para ajudar e acolher os refugiados que vinham da Ucrânia. Este tipo de discriminação foi algo que foi difícil de lidar, pois estavam todos na mesma situação e tinham passado pelas mesmas privações e mereciam todos o mesmo respeito. Devido à barreira criada pela sociedade tornou-se difícil garantir que um refugiado tem os mesmos direitos e a mesma assistência básica “recebida por qualquer outro estrangeiro que resida regularmente no país de acolhida” (ACNUR, 2018, p.7).

Comprovou-se que durante o relatório que a minha maior dificuldade foi de gestão e organização de tempo para que o pudesse escrever, levando ao incumprimento múltiplas vezes dos prazos ao longo do ano letivo. Considero que o uso de teoria, foi em diversos casos difícil de apropriar às minhas aprendizagens e ações, tendo em conta que lidava com casos muito particulares no que diz respeito às minhas escolhas, acrescentando ainda o facto do tema de Migrantes e Refugiados ser bastante recente. A realização deste estágio foi me não só útil mas gratificante, por me ter sido possível o contacto com grupos com necessidades, aumentando a minha curiosidade dentro destes temas. Com isto ainda acrescento o facto de ter sentido uma enorme pressão na escrita deste relatório. Compreendi a necessidade de me auxiliar na escrita através de exemplos de outros alunos, mas a realidade é que, a leitura de outros relatórios, sugerido pelas orientadoras, aumentou os meus níveis de ansiedade, estando a ser constantemente comparada a outra pessoa, agradeço o apoio, mas tal como ensinam na licenciatura, a educação e formação devem ser adequadas às necessidades dos discentes.

A nível de reunião com orientações foi difícil conciliarmos a nossa agenda para que pudéssemos reunir, mas através de email e telefonemas estiveram sempre presentes e dispostas a orientar no caminho certo para a realização do presente relatório.

Termino as minhas considerações finais assim como o presente relatório, realçando a importância de trabalhar com pessoas com necessidades, sejam estas estrangeiras ou não, devemos sempre ter em atenção que nem todos somos dotados das mesmas oportunidades, e o que para mim pode ser uma comodidade, para outro pode ser um luxo. Relembrando que se der um pontapé no “Im” do impossível sou capaz de chegar onde quiser.

Referências bibliográficas

- A. C., & Prata Gomes, M. (2016). Entre Iguais e Diferentes: a Mediação Intercultural. *In Atas do I Congresso Internacional da Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural* (RESMI). Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).
- Agência da ONU para Refugiados. (2016, março, 22). “Refugiados” e “Migrantes”: Perguntas Frequentes. Recuperado dia 14 de outubro, 2022, de <https://www.acnur.org/portugues/2016/03/22/refugiados-e-migrantes-perguntas-frequentes/>
- Agência da ONU para Refugiados. (2018). *Protegendo refugiados no Brasil e no mundo*. ACNUR.
- Albagli, S. (2006). Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local. *Inclusão Social*, 1(2). <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1514>
- Albuquerque, C. P. (2015). Ética do mediador social: questões críticas sobre a objectividade e a neutralidade. *Mediaciones Sociales*, 14, 143-160. https://doi.org/10.5209/rev_MESO.2015.n14.51563
- Almeida, M. (2014, Outubro, 21-23). *Inclusão e Cidadania: Uma questão de Direito* [Comunicação oral]. I Seminário Internacional de Inclusão Escolar: práticas em diálogo, Rio de Janeiro, Brasil. <http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/5-almeida.pdf>
- Antunes, M. C. P., & Fernandes, S. D. (2023). Educação não formal: contributos para a educação inclusiva. *Práxis Educacional*, 19(50), e11319-e11319.
- Boneti, L. (2006). Exclusão e Inclusão Social: teoria e método. *CONTEXTO e EDUCAÇÃO*, 21(75), 187-206.
- Bruno, A. (2014). Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. In *Revista online Mediações*, 2(2), 10-25, IPS.
- Canário, R. (2006). Aprender sem ser ensinado. A importância estratégica da educação não formal. In *CNE. A Educação em Portugal (1986-2006). Alguns contributos de investigação* (pp. 207-267). Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- Canário, R. (2006). Aprender sem ser ensinado. In L. Lima, J. Pacheco, M. Esteves & R.

Canário, R. () A Educação em Portugal (1986-2006). Alguns contributos de investigação. Lisboa: edição do Conselho Nacional de Educação, 195-253.

Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais. (2005). *As migrações num mundo interligado: Novas linhas de acção*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Costa, E. (2020) Convivência e paz em tempos de crise: contributos da mediação. *Estreia Diálogos*, 5(2), 15-29.
https://www.estreiadialogos.com/files/ugd/eb8d33_b336fae2e18747ec87edd0139afd_ebbf.pdf

Costa, M. & Ianni, A. (2018). *Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica*. Editora UFABC.
<https://books.scielo.org/id/sysng/pdf/costa-9788568576953.pdf>

Cavaco, C. (2009). Experiência e Formação Experiencial: a especificidade dos adquiridos experienciais. *Educação Unisinos*, 13(3), 220-227.

Dias, L. (2011). *Inclusão social de cidadãos portadores de deficiência(s) residentes no concelho de Miranda do Douro*. [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação]. Biblioteca Digital do Instituto Politécnico de Bragança.
<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/6870/1/Lui%CC%81sa%20Dias.pdf>

Denardi, E. & Nassaro, L. (2021). Modelos de Mediação: Facilitativo, Transformativo, Circular narrativo e Avaliativo. *Revista Direito UNIFACS*, 252, 1-22.
<https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/7260>

Faleiros, V. (2006, Julho, 16-20). *Inclusão social e cidadania* [Comunicação oral]. 32nd International Conference on Social Welfare, Brasil.
http://www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/17_07_PDF/vicente_faleiros.pdf

Folley, G (2013) Mediação Comunitária para a Emancipação Social. *ENAM*. 5 Mediação Comunitária.

Freire, I. & Caetano, A. P. (2014). Mediação em contexto comunitário: etnografia crítica de um caso. *La Trama Revista interdisciplinaria de mediación y resolution de conflictos*, (41), 1-12.

Fragoso, A., & Lucio-Villegas Ramos, E. L. (2014). A mediação na comunidade e no desenvolvimento comunitário: tendências e potencialidades. *Revista Lusófona de Educação*, 28, 55-69.

Gadotti, M. (2005). A Questão Da Educação Formal/Não-Formal. Institut International Des Droits De L'enfant (IDE) Droit à l'éducation : solution à tous les problèmes ou problème sans solution?

Gohn, M. (2014). Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. *Investigar em Educação* 1(2) 35-50.

Góis, P. (2019). Migrações e Desenvolvimento em Portugal avançar nas práticas: Rumo á Inclusão e Coesão Social MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO EM PORTUGAL AVANÇAR NAS PRÁTICAS: RUMO À INCLUSÃO E COESÃO SOCIAL. Cáritas Portuguesa. <https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/casa-comum-pt-digital.pdf>

Goldwasser, M. J. (1974). Estudos de comunidade: teoria e/ou método. *Revista de Ciências Sociais: RCS*, 5(1), 69-81.

Gonatim, L. (2013). Mediação Comunitária. *ENAM*. 5 Mediação Comunitária

Igreja, M. A. A. (2004). A educação para a cidadania nos programas e manuais escolares de história e geografia de de Portugal e História - 2.º e 3.º ciclos do ensino básico: da reforma curricular (1989) à reorganização curricular (2001) [Dissertação de Mestrado, Instituto de Educação e Psicologia]. Universidade do Minho.

Lei nº 105/2001 da Assembleia da República. (2001). Diário da República n.º 202/2001, Série I-A de 2001-08-31. <https://data.dre.pt/eli/lei/105/2001/08/31/p/dre/pt/html>

Peruzzo, C. M. K., & de Oliveira Volpato, M. (2016). Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. *Líbero*, (24), 139-152.

Oliveira, A. & Galego, C. (2005). *A Mediação Sócio-cultural: um Puzzle em construção*. ACIME. <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/Estudo+14.pdf/526ae9d4-de4b-4a7f-be41-224ded16e9cb>

Oliveira, A. & Freire, I. (2009). *Sobre... a mediação Sócio-Cultural*. Acidi. <https://www.animar-dl.pt/site/assets/files/2198/caderno-de-apoio-a-formacao-n-3.pdf>

Oliveira, C. R. (2020), Entrada, Acolhimento e Integração de Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal: Relatório Estatístico do Asilo 2020, Caderno Estatístico Temático # 3, *Coleção Imigração em Números do Observatório das*

<https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/440932/Relatorio-Asilo-2020-OM.pdf/9f22513a-46ff-4f4b-a292-93347463d71c>

- Organização Internacional para as Migrações. (2009). *Glossário sobre migração*. OIM.
- Organização das Nações Unidas. (1951). Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf
- Padilla, B., & Ortiz, A. (2012). Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. *BALANÇOS E DESAFIOS. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 39, 159-184. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/14241/1/Fluxos%20migrat%C3%B3rios%20em%20Portugal.pdf>
- Perdomo, R. (2006). Os efeitos da migração. *Ethos Gubernamental*, 4, 111-124.
- Santos, M. (2014). Desenvolvimento humano e mediação: construção de uma identidade. In, A. Fontes, J. Sousa, M. Lopes & S. Lopes (Orgs.), *Cultura e Participação: Animação Sociocultural em contextos Iberoamericanos* (pp. 69-76). RIAP. https://issuu.com/leonelbrites/docs/ebook_congressoria
- Rodrigues, L., Vilaça, T., & Ferreira, P. (2020). Potencialidades da mediação intercultural na integração social e bem-estar da comunidade migrante.
- Romero, C. G. (2010). Interculturalidade e mediação.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (s.d.). Missão. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Recuperado a 8 de agosto, 2022, de <https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalle.aspx?nID=1>
- Shiroma, E. (2001). A outra face da inclusão. *Teias*, 2(3), 1-11. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23869/16842>
- Silva, A., Moisan, A. & Morgado, M. (2020). Editorial: Mediação, participação e investigação-ação colaborativa. *Estreia Diálogos*, 5(2), 9-11.
- Trindade, B., Pocinho, R., Conde, M. (2017). Estudo da importância da animação sociocultural em contexto educativo. *Quaderns d'animació i Educació Social*, 26, 1-19. http://quadernsanimacio.net/ANTERIORES/veintiseis/index_htm_files/Estudo%20da%20iportancia.pdf

Trindade, B., Pocinho, R., Conde, M. (2018). Animação Sociocultural na Escola: Brincar para Educar. *Polémica*. 18(3), 93-106. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/39428>

Vasconcelos, L. (2019). Mais definições em trânsito: A interculturalidade.

Vieira, R., Marques, J., Silva, P., Vieira, A., & Margarido, C. (2018). Da mediação Intercultural à Mediação Comunitária. Estar dentro e estar fora para mediar e intervir.